

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**AS REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA E O
DISCURSO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS: UMA LEITURA À PARTIR DO CAMPO
AMBIENTAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Claudiomiro Visca Pinheiro

Santa Maria, RS, Brasil.

2009.

**AS REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA E O
DISCURSO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS: UMA LEITURA À PARTIR DO CAMPO
AMBIENTAL**

por

Claudiomiro Visca Pinheiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Área de Concentração de Processos de Inovação Sócio-Tecnológica e Ação Extensionista, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ada Cristina Machado da Silveira

Santa Maria, RS Brasil.

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

**AS REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA E O DISCURSO DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: UMA LEITURA À
PARTIR DO CAMPO AMBIENTAL**

Elaborada por:

Claudiomiro Visca Pinheiro

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr^a Ada Cristina Machado da Silveira (Presidente/Orientadora)
Departamento de Comunicação - UFSM

Dr. José Geraldo Wizniewsky
Departamento de Extensão Rural - UFSM

Dr. PhD Hector Omar Ardans-Bonifacio
Departamento de Psicologia - UFSM

Santa Maria, Agosto de 2009.

DEDICATÓRIA

À memória de meus pais, Eva Visca Pinheiro e José Sidnei Soares Pinheiro.

Aos meus irmãos, Sadi Roberto, Gilberto, José Alberto e Gilmar.

Aos meus sobrinhos, Rafael, José Lucas, Guilherme (*in memoriam*), Matheus e João Gilberto.

À “Minha Goda”.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à Universidade Federal de Santa Maria, pela “estrutura estruturada”, e ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, pela “estrutura estruturante”.

Agradeço à minha orientadora, Dr^a Ada Cristina Machado da Silveira, pela orientação e principalmente pela paciência e compreensão, fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Ciências Florestais Dr. Delmar Bressan e Dr. Solon Jonas Longhi, minha gratidão pela condução dos primeiros passos no mundo da ciência.

Aos professores do Mestrado em Extensão Rural, Dr. Hugo Vela, Dr. Joaquim Anécio Almeida, Dr. José Geraldo Wizniewsky, Dr. José Marcos Froehlich, Dr. Marco Antônio Fialho e Dr^a. Vivien Diesel, meus sinceros agradecimentos pelos saberes compartilhados. Ao professor Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira, também agradeço pelo incentivo para cursar este mestrado. Também agradeço ao técnico-administrativo João Cândido Bilíbio Viero pelo auxílio prestado.

Às professoras Dr^a. PhD. Elena Blume, Dr^a Lia Reiniger e Dr^a Marlove Muniz, do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade da UFSM, agradeço pela oportunidade de trabalho na EAD e pela solidariedade nas horas difíceis, sem o que esta dissertação não existiria.

À minha amada companheira Rosilaine Inês Heck (sem palavras, canonização é pouco...).

Agradeço aos meus “compas” de inquietações e filosofia de boteco: o engenheiro agrônomo Msc. Élvio Izaías da Silva, o sociólogo Msc. Éderson Hélio Antunes da Rosa, o sociólogo João Batista Martins Piazer e o engenheiro agrônomo *hour concour* Luiz Eduardo Grassi Padilha, com a plena certeza de que as nossas discussões incomuns, a nossa alegria, e a nossa revolta, estão um pouco aqui presentes. Meus agradecimentos também, à todos (as) os (as) colegas da turma de 2007 pelo convívio tranquilo com este sumido.

Agradeço ao Thiago Lanzarin, este amigo que sempre prestou apoio no subversivo arrombamento das portas da percepção.

quando eu nasci
um anjo louco muito louco
veio ler a minha mão
não era um anjo barroco
era um anjo muito louco, torto
com asas de avião

eis que esse anjo me disse
apertando minha mão
com um sorriso entre dentes
vai bicho desafinar
o coro dos contentes
vai bicho desafinar
o coro dos contentes
let's play that

JARDS MACALÉ E TORQUATO NETO

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

AS REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA E O DISCURSO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: UMA LEITURA À PARTIR DO CAMPO AMBIENTAL

AUTOR: CLAUDIOMIRO VISCA PINHEIRO
ORIENTADORA: PROF^a DR^a ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA
DATA E LOCAL DA DEFESA: Santa Maria, Agosto de 2009.

A proposta principal deste trabalho é efetuar a análise do discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de buscar elementos que permitam dissertar sobre este e sua posição o campo ambiental. Através do estudo das representações acerca da natureza contidas no discurso, discutem-se alguns aspectos que contornam o que hoje denomina-se de questão ambiental. Nesse caso aceita-se o construcionismo social e o recurso metodológico do campo social como ferramentas para argumentar em favor da existência de diversas matrizes discursivas, que conferem ao discurso sobre o ambiente a característica da polifonia. O método deste trabalho apóia-se principalmente na revisão bibliográfica e na análise de discurso, utilizando-se de fragmentos de textos contidos na mídia impressa de duas campanhas do MAB como material empírico. Discutem-se primeiramente os aspectos históricos e sociais formadores do discurso ambiental, uma vez que estes são constitutivos e determinantes para o seu entendimento. Inicia-se com um breve relato a respeito das representações atribuídas ao mundo natural no ocidente ao longo da história, para logo após examinarem-se algumas das principais correntes do ambientalismo contemporâneo. Uma vez que utiliza-se da ancoragem nas representações presentes no cotidiano das populações de atingidos por barragens, o discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens possui a estruturação necessária para a mobilização das comunidades atingidas, colocando-se em determinados momentos como um contraponto daquelas representações contidas no discurso oficial e/ou hegemônico à respeito das questões ambientais. Por outro lado, o relato histórico coloca em evidência uma determinada filiação das representações atuais de natureza com aquelas construídas no passado. Assim, os signos de uma natureza mítica presentes no discurso do movimento podem obter a força mobilizadora em outros setores sociais, dada a forte presença da natureza sacralizada no imaginário popular. Sob a ótica do construcionismo, do campo ambiental e da análise de discurso, a posição dos agentes e as relações de poder na sociedade capitalista, devem ser os principais objetos a serem focalizados quando a meta é compreender o que realmente representa a natureza em determinado discurso, em detrimento daquilo que apregoa o senso comum.

Palavras chave: Representações, Natureza, Discurso.

ABSTRACT

Dissertation Master's
Pós-Graduate in Rural Extension
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil

REPRESENTATIONS OF THE NATURE AND THE DISCOURSE OF MOVEMENT of Dam-Affected People: A READING FROM THE ENVIRONMENTAL FIELD

AUTHOR: CLAUDIOMIRO VISCA PINHEIRO
ADVISOR: PRO^a DR^a ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA
LOCAL AND DATE: Santa Maria, August 2009.

The main proposal of this work is to make the analysis of the discourse of the Movement of Dam-Affected People (MAB). Search through the study of the nature of the representations contained in this speech, discussing some aspects that circumvent what today is called the environmental issue. In this case it is accepted the social constructionism and the use of methodological tools for the social field as argued in favor of the existence of several discursive matrices, which give the speech about the nature of the characteristic polyphony. Thus, the literature review and analysis of discourse seeks to discover historical and social training of the speech, and thus consider that these are constitutive and instrumental in its understanding. Begins with a brief contextualization of the concepts about the nature in the Western world throughout history, reaching the examination of the main currents of contemporary environmentalism. The chronicle reveals competition highlights the current discourse, in which the discourse has a membership required to depictions of nature through the ages. It is concluded that the speech of the Movement of Dam-Affected People has the structure necessary for the mobilization of affected communities, since it is used to anchor in the representations in the everyday life of these populations. Similarly the signs of a mythical character in the discourse of the movement are mobilizing society in general, given the strong presence of nature sanction in the popular imagination. From the perspective of constructionism, the environmental field and the discourse analysis, the position of actors and power relations in capitalist society, should be the main objects to be targeted if the goal is to understand what really is the nature in a discourse rather than what we pretend to common sense.

Key words: Social representations, Nature, Discourse

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1. INTRODUÇÃO	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO DE ESTUDO	6
2.1 Sobre o <i>corpus</i> e o método da análise	9
3. HISTÓRIA DO PENSAMENTO ACERCA DA NATUREZA	11
3.1. A natureza mítica	12
3.2. A natureza da antiguidade clássica	17
3.3. A natureza medieval	19
3.4. A natureza moderna	22
4. REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE NATUREZA E O CAMPO AMBIENTAL	26
4.1 Os discursos concorrentes	28
4.2.1. A Ecologia Profunda (Deep Ecology)	33
4.2.2 Modernização Ecológica ou Ecocapitalismo	36
4.2.3 O Eco-marxismo	38
5. O DISCURSO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E A MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS	41
5.1 A gênese das lutas do MAB	41
5.2 Representações de natureza no discurso do MAB: A construção do discurso – momento subjetivo da mobilização	43
5.3 “Águas para a vida, não para a morte” – um paratexto e seus sentidos	45
5.4 Representações e Interdiscurso	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
8. ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

Se falo na natureza não é porque saiba o que ela é.

Mas porque a amo, e amo-a por isso,

Porque quem ama nunca sabe o que ama.

Nem sabe por que ama, nem o que é amar...

FERNANDO PESSOA

Sem dúvida nenhuma, a natureza está na moda, pois além de toda a realidade objetiva que o sensível das sociedades contemporâneas pode detectar, representada pelos problemas ambientais, existe um simbolismo que circunda o que hoje denomina-se de questão ambiental. E inegavelmente, esse simbolismo tem seu lugar na objetividade do mundo social, constituindo relações e sendo constituído por elas. A ciência, a política das instituições e as opções de cada indivíduo, são cada vez mais interrogados à respeito de sua relação com o entorno, o meio, ou o ambiente.

Assim, quando nos propomos a responder algumas indagações que nossa experiência acadêmica foi nos trazendo, surgiram as principais reflexões que norteiam este trabalho. Primeiramente, no estudo da Botânica e da Fitossociologia e da pesquisa de campo nestas áreas durante a graduação, deparamo-nos com a possibilidade de conhecer, em pequena escala, aqueles mecanismos, funções, e estruturas que possibilitariam não só a quantificação e a qualificação do mundo natural, mas também a sua manipulação. Mais do que o domínio de uma simples técnica, para nós esse conhecimento representava certo poder, e com isso, sempre houve a preocupação de saber usá-lo, pois como muitos já disseram, nenhuma técnica tem ideologia, mas o sujeito, este sim é interpelado por ela.

Preocupava-nos, nesse sentido, que o conhecimento gerado pela pesquisa em uma Reserva Biológica, por exemplo, servia para torná-la cada vez mais isolada das comunidades de agricultores familiares que viviam em seu entorno, e isto acontecia sob o pretexto de conservar mecanismos então considerados fundamentais para continuidade da vida, seja naquela região ou no planeta. Quando olhávamos ao redor, víamos a cada visita um sinal de “violação” desse pressuposto, como, por exemplo, sinais de desmatamento, pesca e gado solto na área da

reserva. Já nesse período, tínhamos a idéia de que o senso comum logo indicaria a falta de fiscalização como o principal problema, e passaria batido por uma série de questões que ainda hoje buscamos responder..

Na disciplina de Manejo de Áreas Silvestres na graduação em Engenharia Florestal, encontramos a referência que o professor Delmar Bressan fazia em seu livro "Gestão Racional da Natureza", das *premissas para uma concepção materialista da história*, da obra "A Ideologia Alemã". Mais que corroborar aquilo que durante muito tempo tínhamos intuído, os primeiros questionamentos levantados nessa disciplina, nos proporcionaram uma interminável cadeia de respostas/perguntas, e também a indicação de um caminho a ser percorrido. Um caminho talvez arriscado e incerto, mas que agora tínhamos certeza, alguns já o haviam percorrido na vida acadêmica com sucesso, e pensamos, sem maiores traumas. Tratava-se de atravessar a ponte entre as ciências naturais e as ciências humanas, e de lá buscar as categorias que pudessem ao menos nos fazer entender de forma mais abrangente, como, por exemplo, o porquê de conservar-se a natureza, ou se ela é a mesma e significa da mesma forma em todos os lugares, e até mesmo se a natureza tem um valor em si ou não, e onde entram as sociedades humanas nessa relação.

Logicamente que muitos já trataram de responder estas questões, e para nós restava o trabalho de buscar estas respostas através do estudo, e também logicamente fazer nossas escolhas dentro do universo que a academia nos proporcionou, e isto parece estar bem claro no presente trabalho. Buscamos, às vezes através do autodidatismo, colocar em uma sequência lógica algumas das teorias que encontramos e que já haviam sido empregadas no estudo da questão ambiental e das relações da sociedade com a natureza, e nisso incorporar nossa vivência, o mundo que vemos no cotidiano.

Mesmo sabendo que corremos o risco de incidir em algum equívoco epistemológico na construção do modelo teórico, esta tentativa de articulação lógica de distintas áreas do saber, pode nos levar a um resultado mais compreensivo sobre as questões que pretendemos dissertar. Desta forma, em primeiro lugar aceitamos a percepção das questões que envolvem o ambiente, como luta simbólica inscrita em determinado campo social, pois este recurso metodológico parece dar conta da diversidade dos discursos, apreendidos então, sob lógica de distribuição assimétrica de poder, observada no contexto social onde são inseridas as campanhas do MAB.

Também a opção pelo estudo do discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens, é conduzida por convicções pessoais à respeito de que a luta simbólica tem sua relação estreita com a realidade objetiva, e os movimentos sociais e sua mobilização são para nós, a maior expressão disso. A construção do discurso midiático do movimento social, tende a trabalhar com a resignificação de conhecimentos, o que sob a perspectiva do campo ambiental constitui-se em objeto de análise, um parâmetro definidor da autonomia do campo e do capital cultural dos agentes.

Nesse sentido, não podemos deixar de observar que a concorrência de uma diversidade de concepções acerca do que seja a natureza, e a conseqüente disputa de projetos que buscam definir como as sociedades devem relacionar-se com o meio natural, é um dos tantos fatos novos que determinam o entendimento da contemporaneidade. Quando dizemos que a natureza está na moda, é porque a temática ambiental encontra-se hoje difusa em todas as esferas sociais e, em última instância, acaba por influir no modo de vida e nas ações de organizações e indivíduos. Apelos veiculados pela mídia para “salvar”, “preservar” ou “cuidar” o planeta ou determinada espécie de ser vivo, ou até mesmo a vinculação de determinadas corporações e determinados produtos a esses apelos, fazem parte do cotidiano de milhões de pessoas. Da mesma forma, uma grande quantidade de profissionais das mais diferentes áreas, são cada vez mais mobilizados para atuarem na área ambiental ou terem esta dimensão incluída nas suas atribuições, como é o caso dos extensionistas rurais.

. A circulação desses temas relacionados à natureza, insere no cotidiano social uma série de conhecimentos procedentes das mais diversas áreas da Ciência e do saber popular, e isto que longe de ser um processo linear e de mão única, efetua-se sob interação dinâmica com as representações e interesses de cada segmento social. Assim, qualquer manifestação em torno das “questões ambientais”, mesmo aquelas de técnicos e *experts*, envolve um momento subjetivo, uma construção simbólica da realidade, através da qual as representações e o discurso produzem sua materialidade, quer dizer, em busca da visibilidade, mobilizam sujeitos individuais e coletivos na interpretação de fenômenos e na ação social.

Embasado nesse referencial teórico, o objetivo geral desta dissertação situa-se primeiramente em contribuir modestamente com a pesquisa acadêmica em torno das relações sociedade/ambiente, investigando as relações entre representações

sociais e discurso acerca da natureza, no processo de mobilização de comunidades tradicionais. Como objetivos específicos buscamos analisar os repertórios discursivos utilizados nas campanhas em defesa do rio Madeira e contra a transposição do rio São Francisco, buscando subsídios para o estudo das representações atribuídas à natureza utilizadas nestas campanhas. Após orientamos nossas reflexões para o confronto do núcleo argumentativo dos discursos analisados com as diversas matrizes teórico-interpretativas da questão ambiental, buscando identificar inter-relações existentes. É também nosso objetivo, com base na teoria da análise de discurso e na pesquisa bibliográfica, reunir elementos que permitam dissertar sobre a dinâmica e composição do campo ambiental, bem como discutir aspectos relacionados às representações sociais acerca da natureza sob a lógica cultural contemporânea.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO DE ESTUDO

Entendemos em um primeiro momento, que o estudo das representações e do discurso à respeito do tema que delimitamos, envolve o mínimo reconhecimento de alguns eixos teóricos, que orientem as reflexões, sejam eles: o entendimento da questão ambiental como uma “construção social”, noção da Sociologia Ambiental; o uso do recurso metodológico da campo social, da Sociologia ; a Teoria das Representações Sociais, da Psicologia Social e a Escola Francesa de Análise de Discurso.

Por serem infinitas as possibilidades, o procedimento de escolha do referencial teórico envolveu não somente o reconhecimento e o domínio de determinadas teorias, mas também uma parcela de intuição, já que infelizmente não podemos na condição de indivíduo, dar conta dessas inúmeras possibilidades e impossibilidades no trato teórico de muito do que estudamos. Colocada essa primeira percepção, assume-se primeiramente que as ideias e as percepções mais diretas à respeito da natureza envolvem uma dimensão cognitiva, isto é, sujeito e objeto são constituintes da idéia elaborada do que seja o objeto. Não existindo sujeito nem discurso sem vida social, essas idéias podem ser entendidas como uma construção social.

Ao colocar as principais bases do construcionismo social, (CASTRO, 2002, p.72) enumera “*o anti-realismo e anti-essencialismo, a especificidade cultural do conhecimento e postura crítica e a linguagem como pré-condição do pensamento e forma de ação social*”.

O que produzimos sobre a realidade não são cópias, verdades definitivas sobre a essência das coisas ou das pessoas, são construções, conjecturas que hoje podem fazer sentido e depois ser refutadas. Castro (2002, p.72)

As noções de natureza comportam uma mediação cultural entre esta e a sociedade, tornando essa abordagem mais adequada para o entendimento da diferenciação das práticas sociais (HANNIGAN, 1995 *apud* CHALITA, 2005, p.13); a *representação social* do natural seria aquela capaz de distinguir a sociedade em relação às questões ambientais.

De acordo com MORA (2002), deve-se aos estudos em Psicologia Social de Serge Moscovici nos anos 60, a elaboração da Teoria das Representações Sociais,

onde o conceito de Representação Coletiva proposto por Émile Durkheim é entendido na composição heterogênea da sociedade contemporânea. OLIVEIRA & WERBA (1998) ao delinearem os princípios básicos desta teoria apontam que:

As Representações Sociais são 'teorias' sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois. (p. 07)

Da mesma forma, essas representações podem ser utilizadas no entendimento das questões ambientais e as relações de poder neste campo social.

Os discursos em torno de determinada realidade social encerram em seu conteúdo, muitas vezes implicitamente, classificações e percepções próprias a cada grupo e que definem um conjunto de representações e significados ligados a uma dinâmica de diferentes esquemas de percepção, conferindo com essa dimensão simbólica um caráter de especificidade ao campo ambiental (OLIVEIRA, 2004, p.10).

Interessa-nos desse modo, mapear as representações contidas no discurso, tendo a premissa de que no processo de elaboração do discurso midiático do Movimento - aqui considerado como momento subjetivo da luta social - além da objetivação dos enunciados no cotidiano das comunidades atingidas, ocorre também a ressignificação do discurso científico, este ancorado em diferentes representações sobre natureza e ciência. Essas representações por sua vez, têm origem naquilo que podemos denominar de matrizes interpretativas da questão ambiental.

Com relação a essas interpretações, CASTRO (2002) estuda as ideias relacionadas à natureza elaboradas pela sociedade através dos tempos, desde a idéia de natureza tida como um organismo, incorporada pela filosofia grega, passando pela idéia proposta pela revolução científica da natureza como uma máquina, até as diferentes concepções de natureza presentes nos debates contemporâneos. Para esta autora, o pensamento atual sobre as relações sociedade-natureza não é uniforme, sendo antes de tudo multifacetado.

Assim, podemos afirmar que coexistem posições que entendem o meio ambiente apenas como apoio inativo e infundável à disposição da espécie humana; ou ligado à confiança na solução dos problemas ambientais através de um avanço no processo de desenvolvimento científico e tecnológico; ou a idéias vinculadas à proteção da natureza de toda e qualquer ação humana, (re)sacralizando assim os processos naturais e colocando ênfase na possibilidade do mundo natural encerrar alguns dos mistérios da própria existência e essência do universo; ou ainda a um tipo de abordagem que pretende focar a possibilidade de se estabelecer uma convivência harmônica entre seres humanos e elementos da natureza (GERHARDT & ALMEIDA, 2005,p.12).

Sob perspectiva construcionista, os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise (HANNIGAN, 1995 *apud* HERCULANO, 2000). Desse modo, o caráter político, diversificado e conflitivo das lutas ambientais permite-nos compreendê-las como um campo social no sentido empregado por BOURDIEU (1987). Para o autor a noção de campo social pressupõe um espaço plural de agentes sociais e de posições conceituais e políticas que disputam entre si a legitimidade da interpretação (ORTIZ, 1983; BONNEWITZ, 2003).

O campo ambiental pode ser entendido então como o espaço social onde constroem-se os conflitos em torno da legitimação de práticas e comportamentos em relação à natureza, colocando a busca pela legitimação de determinadas representações sociais do que seja meio ambiente, constituindo estruturas de poder material e simbólico na sociedade. (LOUREIRO & PACHECO, 1995; FUKS,1998; OLIVEIRA, 2004 ; GERHARDT & ALMEIDA, 2005; LIMA, 2005).

Para identificar distintas concepções à respeito de natureza, adotamos como referência a “Escola Francesa de Análise de Discurso”, que tem suas bases epistemológicas no materialismo histórico, na lingüística e na teoria do discurso. A ênfase desse tipo de análise é direcionada para a relação entre o dizer e as condições de produção desse dizer. A análise de discurso nessa perspectiva vai articular o lingüístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social (PÊCHEUX,1988 *apud* ORLANDI, 2001).

A Análise de Discurso pode ser articulada com a noção de campo social em que nos propomos trabalhar. Interessa-nos, pois, refletir sobre o modo pelo qual, através das suas práticas discursivas o Movimento dos Atingidos por Barragens, na condição de sujeito coletivo, percebe, classifica e representa a natureza, tendo como premissa que este processo assume materialidade na mobilização das comunidades quando estas intervêm em defesa de seus interesses.

2.1 Sobre o *corpus* e o método da análise

O material analisado é constituído dos impressos produzidos pela direção nacional do MAB para as campanhas em defesa do Rio Madeira e contra a transposição do rio São Francisco. Cada uma das duas campanhas conta com um cartaz, um folder e uma cartilha que são analisados em conjunto, ou seja, não distinguindo-se à qual campanha pertencem. O material impresso apresenta algumas singularidades como de suporte na veiculação do discurso, pois conforme MAINGUENEAU (2005, p.79), “*o escrito não é uma mera representação do oral, nem o impresso uma simples multiplicação do escrito. Oral, escrito e impresso são ‘regimes’ de enunciação distintos que supõe civilizações muito diferentes*”. Dessa forma, o autor aponta uma série dessas singularidades do material impresso quais sejam:

- o impresso pode circular longe de onde é produzido e atingir públicos diferentes;
- o co-enunciador tem a liberdade de realizar a leitura do modo que lhe convier;
- a separação entre co-enunciador e texto escrito abre espaço para interpretações, comentários e análises;
- o texto impresso abstrai a comunicação direta pessoa a pessoa.

Também em MAINGUENEAU (2005, pgs 54-55) estão colocadas algumas propriedades do discurso, as quais consideramos como fundamentais para a análise:

- i. *O discurso é uma organização situada para além da frase*: todo discurso encontra-se subordinado à uma estrutura que vai além dele, seja um contexto social ou uma regra de comunicação;
- ii. *O discurso é orientado*: todo discurso tem uma finalidade, uma perspectiva que procura atingir;
- iii. *O discurso é uma forma de ação*: todo enunciado de um discurso constitui uma ação que visa transformar algo;
- iv. *O discurso é interativo*: sabendo-se que uma enunciação não percorre um sentido único, a produção e recepção de um discurso exigem interatividade;

- v. *O discurso é contextualizado*: nenhum enunciado possui algum sentido fora de algum contexto;
- vi. *O discurso é assumido por um sujeito*: todo discurso envolve uma fonte de referência, ou um emissor;
- vii. *O discurso é regido por normas*: assim como todo tipo de comportamento, o ato de produção do discurso envolve normas a serem seguidas, sejam elas sociais, linguísticas, estéticas, etc.
- viii. *O discurso é considerado no bojo de um interdiscurso*: cada discurso assume visibilidade e legitimidade quando estabelece relação com outros discursos, seja por meio de analogias, referências, paráfrases.

A seleção do material tem como critério central a amostragem dirigida para aqueles textos que contenham enunciados, ou fragmentos destes, que para nós tenham validade na busca de subsídios que permitam discutir questões levantadas ao longo do trabalho. Assim buscou-se, quando possível, um recorte daqueles textos que evidenciam diferentes representações de natureza utilizadas na busca da visibilidade e mobilização do movimento, ou deixam transparecer a posição do movimento no campo ambiental e as condições de produção do discurso. Este procedimento parece estar de acordo com as proposições de ORLANDI (2005, p.27), a qual coloca sob responsabilidade do analista, formular as principais questões que desencadeiam a análise, não havendo objeções se o *corpus* seja de tamanho reduzido como o do presente trabalho:

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente também pode mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.

3. HISTÓRIA DO PENSAMENTO ACERCA DA NATUREZA

Pode-se estudar de um modo válido a noção de Natureza? Não é ela apenas o produto de uma história no decorrer da qual adquiriu uma série de acepções que acabaram por torná-la ininteligível?

MERLEAU-PONTY (2000, p.3).

Buscando preencher as premissas do construcionismo social e da Análise de Discurso, descrevem-se as bases históricas e culturais que compõe as representações de natureza no mundo ocidental. Sendo assim, pretende-se neste capítulo, relatar um pouco dos diferentes modos como a natureza esteve historicamente representada no imaginário da sociedade ocidental, e como determinadas concepções, inevitavelmente aparecem como resultante das relações sociais de cada época.

Partindo do princípio que “*não existe uma natureza em si*”, mas uma “*natureza pensada*” (LENOBLE, 1970 *apud* FROEHLICH, 2002), entendemos que a visão humana sobre a natureza alterou-se juntamente com as mudanças no modo de vida das distintas sociedades através dos tempos:

As teorias sobre o funcionamento do Universo, da Terra, dos bichos e das plantas sempre foram uma consequência do significado que cada sociedade, ou agrupamento social, conferiu àquilo que estes grupos reconheciam, ou reconhecem, como ‘seu mundo’. Neste sentido, é lícito afirmar que a história da natureza é também a história dos próprios homens, já que estes não se relacionam com a natureza ou a conhecem de uma maneira abstrata e genérica, mas segundo as necessidades impostas pelo relacionamento que mantêm entre si. (CARVALHO, 1994, p.22).

Conforme LENOBLE (1990) *apud* FROEHLICH (2002), podemos dividir as diferentes visões que através da história, foram responsáveis pela formação do conceito de natureza nas sociedades ocidentais, nos seguintes modelos interpretativos:

a) A primeira, é denominada de “natureza mágica”, onde o mundo natural é composto por representações míticas. Esse período corresponde ao pré-classicismo grego;

b) Sucedem o paradigma da natureza mítica, as concepções aristotélicas e platônicas da natureza. Reivindica-se um mundo natural regido por leis

fundamentais e hierárquicas. Este paradigma também é referido como “finalismo aristotélico”. É desse período também, uma visão totalmente oposta à esse finalismo: o atomismo expressado por Leucipo e Demócrito. Para os descobridores do átomo, a natureza não possuía lá tanta ordem, e era tarefa do homem especular através da Física, algumas leis que o libertassem do caos que consideravam ser o mundo.

c) A concepção da natureza como obra do supremo criador, fruto da predominância do Cristianismo, é própria da Idade Média. Aqui aparecem as metáforas que associam a natureza à um “livro escrito pelo Senhor”, bastando-nos lê-lo para decifrar os mistérios da criação. Descartando o atomismo de Leucipo e Demócrito, a Igreja abraça, embora em parte, o finalismo aristotélico.

d) Se na Idade Média predominava a metáfora do livro, o período histórico conhecido como Iluminismo inaugurou a era da razão científica e trouxe consigo o Mecanicismo e a metáfora da máquina. O mundo e conseqüentemente a natureza, possuíam leis explicáveis através da investigação rigorosa, da experimentação e da matematização. Se na concepção medieval de natureza, esta era um livro no qual Deus escreveu seus segredos, na visão mecanicista esta assume a feição de uma máquina criada pelo “divino relojoeiro”, cabia ao homem pilotá-la. Mais tarde, precisamente na metade do século XVIII, os físicos passaram a questionar se realmente essa máquina tinha uma relação com o divino, ocorre aí a ruptura da razão científica iluminista com o finalismo aristotélico.

3.1. A natureza mítica

A busca de uma interpretação do que seja o mundo natural, qual sua origem, como este funciona, e como e porque ocorrem transformações, remonta aos princípios da existência humana. Essa busca gerou em um primeiro momento o surgimento dos mitos que serviam para explicar os fenômenos do mundo natural.

Na antiguidade, os sacerdotes, os rituais religiosos, os oráculos eram os intermediários entre os dois mundos: o humano e o divino através dos ritos e cerimônias religiosas que buscavam uma ligação com as divindades. No século IX a.C., Homero com a *Ilíada* e a *Odisséia*, e, mais tarde, no séc. VIII, Hesíodo com a

Teogonia, registraram essas tradições, assim como as lendas recolhidas junto aos diversos povos que continuamente ocuparam a Grécia desde o período arcaico (1500 a.C.). O mito da terra Gaia remonta a esta Grécia Antiga, onde é possível divisarmos duas tradições antagônicas que concebiam o mundo natural: uma tradição dita progressista, que notabilizava a raça humana e seus feitos, encarnada nos versos de *Antígona* de Sófocles; e ainda uma tradição degeracionista representada pela obra de Hesíodo e seu “*mito das cinco idades*” (CASTRO, 2002 *apud* TRINDADE SANTOS, 1999).

Para ELIADE (1994), o pensamento mítico é uma maneira pela qual uma sociedade revela dimensões essenciais da sua realidade, caracterizando-se principalmente pelo tipo de discurso que é usado para transmiti-las. O conhecimento dos mitos de uma cultura, permite abarcar a maneira singular desta relacionar-se com a natureza. Contudo, a veracidade do mito não obedece à nenhuma lógica, muito menos à verdade científica, sendo uma verdade construída a partir da intuição. Durante milênios foi sendo estabelecida uma diversidade de explicações mitológicas que correspondiam à determinado estágio de evolução do conhecimento humano. Recorria-se ao sobrenatural, ao mistério, ao sagrado, à magia. Assim, a natureza, o homem, toda a sociedade eram governados pelos deuses, pelos espíritos, pelo destino. Por haver uma luta e um equilíbrio imperceptível entre as forças do bem e do mal, supunha-se que quando aconteciam desastres naturais ou epidemias era porque os deuses estavam encolerizados, ou porque o equilíbrio havia sido rompido e as forças do mal estariam predominando sobre as do bem. O termo grego *mythos* quer dizer exatamente discurso fictício ou imaginário; mas, embora possa ser sinônimo de "mentira", o mito é verdadeiro para quem o vive.

Sendo assim, mito e razão convivem no mesmo mundo, determinando causas e consequências, isto porque o verdadeiro fundamento do mito não é o pensamento, mas sim o sentimento. Portanto, não podemos falar em razão sem uma influência mítica, ainda que em muitas vezes ela apresente-se de forma oculta. Ao colocar em oposição o poder da razão à concepção “ingênua” apresentada pelo mito, o Positivismo acabou por restringir a realidade. O homem não é exclusivamente razão, mas também afetividade e sentimento, e por isso, colocar o mito em segundo plano, é ignorar uma das formas essenciais da existência humana.

Na interpretação que DIEGUES (2001) atribui aos mitos sobre o mundo natural, estes estão longe de ser algo sem uma referência na realidade objetiva das

sociedades. Para ele, o mito pode ser percebido de forma mais abrangente, refutando dessa forma, denotações que sejam depreciativas. O autor assinala a importância da distinção dos mitos e de suas lógicas, dos símbolos e de suas recriações, da coexistência de mitos e neomitos antagônicos que fazem a intercessão na relação entre sociedade e natureza. Parte da compreensão de que a ação proposital do homem sobre a natureza implica na representação de ideias e na organização e na legitimação desta relação. Ou seja, os modos de ver a natureza, dependem das relações sociais e dos objetivos de produção material e social (representações, símbolos e mitos).

Sendo a mitologia inerente ao homem e à sua existência, não há como negar que no imaginário social, as representações e significados da natureza encontram-se impregnados de uma visão mítica. É muito comum nos defrontarmos com expressões do tipo “mãe-natureza”, “obra de Deus”, etc; certos tipos de áreas de preservação recebem a denominação de “santuário da vida silvestre”; e quando da ocorrência de alguma catástrofe natural, é comum a vinculação desta com uma possível “vingança da natureza”. Assim, pensamos que inevitavelmente a mediação entre sociedade(s) e natureza tenha essa permanente influência.

Até mesmo quando reivindica-se a hegemonia da racionalidade científica na relação com o mundo natural, não podemos estar certos dessas certezas. Isso porque historicamente assistiu-se no mundo ocidental à uma justaposição, no plano discursivo, da visão teológica de natureza e da razão científica moderna, ambas formando um sólido substrato para manutenção do modo de vida contemporâneo. Além disso, também podemos tomar como um novo mito, a crença na infalibilidade da ciência moderna.

É lógico que não podemos desconhecer os momentos históricos de tensão entre mito e razão, e da sucessão de paradigmas pela própria razão científica, que em seu desenrolar foram superando inúmeros mitos, pois foi dessa forma que despontou a modernidade. Todavia, o que nos interessa reafirmar é que, na contemporaneidade, mito e razão concorrem e/ou fundem-se em determinados cenários socialmente construídos, estabelecendo uma miscelânea de discursos em torno do melhor modo de intervir no mundo natural. Isto fica claro nas afirmações de DIEGUES (2001), quando este autor faz referência à influência da concepção mítica de natureza na gestão de determinados recursos naturais:

Quando se fala em mito moderno, refere-se à um conjunto de representações existentes entre setores importantes do Conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem/ natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano. Como corolário dessa concepção, o homem não teria o direito de dominar a natureza. Esse mito tem raízes profundas nas grandes religiões, sobretudo na cristã, e está associado à idéia de paraíso perdido (p.53)

A visão do sagrado que aparece em certas formas de uso da natureza se traduz em narrativas míticas ou em práticas e ritos religiosos que se desenvolvem no cenário do mundo natural. No tempo presente, assiste-se a uma revalorização da natureza, entendida como uma reação aos excessos de “artificialização” do *modus vivendi* na sociedade industrial. Cria-se então um processo de re-sacralização da natureza, e apregoa-se o resgate de mitos e saberes tradicionais para serem re-introduzidos na relação da sociedade com a natureza.

À respeito dessa “sacralização da natureza”, BRESSAN (1990) reitera as afirmações de DIEGUES (2001) no tocante à influência dessa visão mítica na elaboração de políticas públicas de gestão dos recursos naturais. Porém, coloca a visão mítica como um equívoco diante dos achados da ciência ecológica. Embora o autor reivindique uma dessacralização na forma de pensar o manejo das reservas naturais, aponta como alternativa a “gestão racional”, que nada mais é do que o uso de todo o aparato científico e tecnológico acumulado pelo modo cartesiano de ver o mundo, a fim de alcançar a otimização do uso dos recursos naturais. Quer dizer, aquela velha consciência mítica, milenarmente acumulada por populações tradicionais – que são quem compõe a maioria dos habitantes das áreas das reservas naturais, indígenas e quilombolas, por exemplo – passa a ser descartada em nome da ciência moderna.

Ao atribuímos um sentido depreciativo às representações míticas, corremos o risco de perceber parcialmente os fenômenos que se relacionam à percepção do mundo natural. Dessa forma, é sempre importante que as tradições, mitos, simbologias, recebam um novo olhar, talvez menos reducionista, e que ajude, efetivamente, a enfrentar os desafios que se apresentam na relação da sociedade com o seu entorno.

A experiência de um mundo natural radicalmente dessacralizado é acessível apenas a uma minoria nas sociedades modernas, e, dentro dela, sobretudo os cientistas (....) Como lembra Mircea Eliade, os mitos relativos à natureza têm vida longa e resistem às incursões da ciência, pois subsistem sob a forma de pseudo-religiões, de mitologias degradadas. Ainda segundo o antropólogo romeno, nas sociedades modernas, que se proclamam atéias, religião e mitos se ocultam no inconsciente, voltando à tona, de tempos em tempos. E quando desaparecem, é para serem substituídos por novas mitologias. (DIEGUES, 2001, p. 57-58)

Isto parece confirmar-se nas acepções de CAMPBELL (1990), para quem não existe nenhuma contradição entre pensamento mítico e pensamento científico:

Ciência é abrir caminho, agora, na direção das dimensões do mistério. Assim ela se aproxima da esfera de que fala o mito. Chega ao limiar. ...O limiar, a superfície comum ao que pode ser conhecido e ao que nunca será descoberto, porque é um mistério que transcende todo esforço humano. O que é a fonte da vida? Ninguém sabe. Não sabemos sequer o que é um átomo, se é uma onda ou uma partícula – é ambos. Não fazemos idéia do que sejam essas coisas. É por essa razão que falamos do divino. Existe uma fonte de energia transcendente. Quando um físico observa partículas subatômicas, ele está vendo um traço na tela. Esses traços vêm e vão; nós vimos e vamos, e tudo o que diz respeito à vida vem e vai. Essa energia é a energia que modela todas as coisas. A reverência mítica se endereça a isso (p.146)

Porém, nem tudo é uniforme e útil nessa relação mito/ciência. Quando nos reportamos às representações midiáticas acerca da natureza, observamos que a apresentação do pensamento científico nos meios de comunicação de massa, engendra no processo de resignificação, uma mitificação, seja das descobertas científicas, seja da própria ciência, transformando-as em um mito contemporâneo talvez não tão sensato, como afirma PECHULA (2002):

Entretanto, ao produzirem a informação acerca da descoberta, ou criação científica, continuam utilizando alguns signos que representam o mundo sagrado e mítico, que se expressam de forma misteriosa e “mágica”, criando no telespectador, ou leitor, um imaginário que dá continuidade às visões mítico-sagradas, porém apresentadas em nome da produção científica, que assumem um papel substitutivo da crença religiosa (mítica e sagrada) existente anteriormente. (p.4)(...) Nessa perspectiva, há uma continuidade dos signos mítico-sagrados na comunicação profana produzida pelos meios de comunicação de massa, sustentando um imaginário no qual o produto apresentado, em nome da ciência, gera uma visão coletiva ingênua e “encantada”, fazendo parecer que a ciência possui o poder de resolver e solucionar os problemas, descobrir e inventar as melhores coisas para a satisfação e conforto humano. (p 4-5).

Contudo, a consciência mítica pode assumir outro sentido quando nos reportamos à construção discursiva nos *media* do Movimento dos Atingidos por

Barragens. O sentido principal do uso da linguagem mítica refere-se principalmente ao uso de mitos ancorados na realidade objetiva dos agricultores, logicamente sem desconsiderarmos, a objetividade das relações sociais de produção, e a consequente espacialização da luta dos atingidos por barragens. Todavia, a água, assim como todos os demais recursos naturais, é compreendida como dádiva divina, e dessa forma, não sujeita às verdades científicas apregoadas pelo discurso hegemônico do progresso e da ciência moderna, que em seu núcleo prometem aos atingidos, a mesma vida em outro lugar, e garantem à sociedade, a “recuperação” dos danos causados pelos empreendimentos. Eis aqui um fato gerador de práticas materiais e simbólicas que irão compor a diferenciação dos discursos no campo ambiental.

3.2. A natureza da antiguidade clássica

O período em que a Grécia experimentou um ciclo virtuoso na economia, na guerra e nas artes, ficou conhecido como classicismo. São deste tempo o ideal da *polis*, a moeda única e a escrita, fatos estes que impulsionaram o surgimento de novas explicações sobre o mundo natural, ou seja, as relações sociais de então já não comportavam os mitos como resposta para tudo. Esse processo, porém não se desenrolou rapidamente. Com a chegada do período clássico da cultura grega, os mitos passaram a ser questionados pelos filósofos deste período, dada a semelhança entre deuses e seres humanos, e além disso, a constituição das *poleis* já proporcionava certo distanciamento entre homem e mundo natural.

A antiguidade aprendeu a interrogar-se e realizar o parto das idéias com Sócrates, e para ele isto custou a vida. Porém, aberto o caminho para o livre pensar sobre o mundo e a natureza, filósofos como Aristóteles e Platão deram continuidade à trajetória de especulação acerca do entorno da sociedade humana, e estas idéias influenciariam por longo período as concepções de natureza no mundo ocidental, chegando até nossos dias.

Sob a dialética de Platão, a ciência era o princípio de toda a atividade intelectual, e através dessa ciência visualizou o planeta como um organismo vivo:

A física e a biologia de Platão tinham caráter antropomórfico e ético. Embora os jônicos já houvessem proposto uma cosmogonia criacionista, na qual o cosmo era um organismo vivente, com corpo, alma e razão. Nessa teoria incluída no *Timeu*, Platão inclui explicações da fisiologia humana, baseada na analogia entre o cosmos e o homem. Esta analogia entre o macrocosmo e o microcosmo perdurou durante toda a Idade Média. (CHASSOT 2004, p.50)

Com Aristóteles a natureza passou a ter elementos que a compunham: substância, essência e acidente. As substâncias tinham qualidade, quantidade, relação, lugar, temporalidade, ação e paixão. Os fenômenos possuíam quatro causas: *a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final*. Em sua obra intitulada *Physis*, discutiu a matéria, a forma e as leis do universo sensível. Atribuiu à matéria quatro qualidades primárias e fundamentais que formam opostos; quente e frio, úmido e seco. Essas qualidades compunham combinações binárias que iriam compor os quatro elementos (água, ar, terra, fogo), doutrina que perdurou até o século XVII. A concepção de universo de Aristóteles foi tida como dogma por mais de 20 séculos, a terra como centro do universo. (Idem, p.53)

Na natureza aristotélica, seres e coisas encontravam-se em sua forma e lugar naturais, e os corpos quando movimentados, naturalmente eram para cumprir alguma finalidade. A reprodução de animais e plantas, seguia uma “*finalidade interna, imutável e eterna*”, intrínseca à forma de cada organismo. Essa visão conhecida como “*finalismo aristotélico*”, sobreviveu por séculos, sendo adotada como uma das verdades da igreja medieval:

A igreja fez lá suas adaptações, mas em essência manteve e divulgou as ideias de uma natureza orgânica, imutável, movida eternamente a partir de causas e fins predeterminados, num mundo situado no centro do cosmos, já que tais ideias serviam com perfeição às pretensões de poder daquela que se tornou a instituição mais poderosa do período medieval. (CARVALHO, 1994, p.37)

Em oposição ao finalismo aristotélico, Leucipo e Demócrito definiam o átomo como unidade fundamental de todas as coisas, e se na natureza aristotélica existia ordem e casualidade, para eles a composição e o movimento das coisas tendiam para a desordem. O cosmos não é governado por qualquer inteligência ordenadora, mas por uma necessidade cega, o acaso.

Encerrando este breve inventário sobre as ideias de natureza na antiguidade clássica, citamos as concepções de Zenão de Cício e Crísipo de Solis (336-210 a.C)

(estóicos) e de Epicuro (341-270 a.C) e Tito Lucrécio (96-55 a.C) (epicuristas). Estas duas concepções, além de opostas entre si, ambas rejeitavam, de certo modo, as idéias de Aristóteles.

Os estóicos defendiam que a moral descobrisse sua essência e seu sentido em uma física ou filosofia da natureza, e isso expressava a necessidade de viver em harmonia com ela. Nesse sentido, a natureza foi idealizada como “dinâmica”, “espiritual” e “vitalista”, sob uma visão materialista da realidade. Já os epicuristas admitiam que a “criação” não era obra dos deuses e tanto o mundo vivo como o inanimado era composto de átomos (concepção derivada da teoria atomista de Demócrito e Leucipo), tendo sua origem nas causas naturais. (MEDEIROS, 2002, p.2).

A natureza, para os epicuristas, era um lugar aprazível e poético, próprio para as amizades e o prazer, este último com o sentido de não sentir dor física ou espiritual. (...) o Céu, a Terra, as plantas, os animais, o próprio homem, tudo saiu do jogo eterno dos móveis átomos; tudo o que aparece, tudo o que sucede cada dia, tanto na natureza como na vida dos indivíduos e dos povos, é a conseqüência das combinações incessantes e imperceptíveis de parcelas infinitamente pequenas que se encontram no espaço. (RIBBECK, 1980 *apud* MEDEIROS, 2002, p.73)

Podemos já em um primeiro momento, afirmar que as concepções elaboradas na antiguidade clássica formaram a base do pensamento contemporâneo acerca da natureza, pois mantiveram uma continuidade através dos séculos, seja pela apropriação hegemônica da igreja medieval da visão aristotélico-platônica de natureza, seja na reabilitação da teoria atomista pela revolução científica. Como vimos, muito do que se pensa e diz sobre a natureza, não é exatamente novo.

3.3. A natureza medieval

O período histórico que compreende a idade média estende-se desde a queda do império romano no século V, até a queda de Constantinopla no século XV, isto é, aproximadamente dez mil anos de história do mundo ocidental. Ainda muito se discute sobre a validade do rótulo de “idade das trevas” para designar a idade média. Se por um lado a hegemonia do trinômio feudalismo/monarquia/igreja, sufocou em muito o livre pensar no mundo ocidental, por outro, entende-se que

nesse período, não só manteve-se latente boa parte do conhecimento que fundaria a ciência da idade moderna, como houve sim alguns avanços na emergência de novas ciências. Para nosso propósito, porém, o que se extrai dessa discussão, é que a noção medieval de natureza, era dominada pela perfeita representação do mundo visto sob os dogmas da igreja católica.

A forte ligação das ideias da igreja medieval com as representações elaboradas na antiguidade clássica, não é gratuita. Durante muito tempo, as obras em grego foram guardadas nos mosteiros, e traduzidas para o latim pelos monges. De lá, separou-se o que servia, aos propósitos da ocasião pode-se assim dizer, e este conhecimento filtrado passou ao *status* de verdade absoluta, hegemônica, um dogma imposto literalmente à ferro e fogo.

Primeiramente, a igreja recorreu à filosofia platônica para explicar o mundo natural. Na obra de Santo Agostinho (354-430) é retomada a dicotomia platônica do “mundo sensível/mundo das idéias”, sendo que o mundo das idéias, nesse caso, era representado pelas ideias divinas. Esta, portanto, foi a primeira contribuição elaborada no sentido de adequar a herança do pensamento da antiguidade clássica, às verdades teológicas, à filosofia de padres, conhecida como *patrística*.

Através de uma releitura do finalismo aristotélico, para o qual todo o mundo vivo e seus movimentos possuíam uma causa e um sentido, a doutrina de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), reivindica como primeiro princípio da ciência medieval, que a causa e o sentido de todas as coisas era a vontade divina. A *escolástica* ficou conhecida como a filosofia cristã que ligava a fé com a razão humana. Se a razão não conseguia, por exemplo, conceber a essência de Deus, podia sim provar sua existência através da descoberta das leis divinas que regem o mundo.

A filosofia aristotélica era desenvolvida em um sentido que todas as causas, as qualidades, os sentidos, tinham uma causa primordial, o ser imutável, a força primeira de tudo; foi quase que automática a transformação dessa causa primeira, na imagem de Deus. Por outro lado, o modelo geocêntrico de Aristóteles servia para reivindicar a terra como centro do universo, como merece uma verdadeira obra de Deus. Nas analogias com o mundo natural, o jardim do Éden é lembrado como o lugar sem pecado, surgindo daí o mito do retorno à uma natureza intocada.

É da idade média o relato curioso que encontramos em CASTRO (2002) à respeito de certos absurdos no trato com os seres vivos não-humanos, como os

“processos judiciais dos animais”, movidos contra animais que representavam perigo à agricultura e à pecuária na Europa, entre os séculos XIII e XVIII. A legislação da época valia-se da estrutura jurídica vigente, não só para intimar esses animais, mas nomear-lhes representantes e proferir-lhes sentenças a serem cumpridas, como por exemplo, para lagartas e sanguessugas. Como pode-se perceber, este relato revela uma prática derivada da mais dogmática das visões teológicas à respeito da natureza, onde todos os seres vivos, são reduzidos ao comum, criaturas de Deus:

Como se adivinha, estes processos dos animais seguiam os mesmos tramites que quaisquer outros: começavam com um requerimento dos queixosos; seguia-se um exame dos factos; e depois a notificação dos animais para que se apresentassem em tal sítio, em tal dia, a tal hora. Esta devia ser repetida, seguindo o costume romano, três vezes. Depois, como acontecia, vá lá saber-se porquê, que os animais não compareciam, seguia-se a procura de uma desculpa plausível a fim de lhes poder nomear um procurador, assistido, se necessário por um advogado. Ainda que nem sempre os bichos se livrassem tão facilmente da comparência: no caso das sanguessugas que infestavam o lago de Berna, em 1541, o bispo ordenou a captura de algumas, a fim de serem presentes a tribunal e poderem ser advertidas de que deveriam, no prazo de três dias, abandonar o lago. Não se sabe se o fizeram. (CASTRO, 2002, p.137)

As diferentes concepções de mundo natural, não formam uma sucessão histórica linear, onde uma visão vai sendo substituída por outra à medida que outra vai tornando-se hegemônica. Pelo contrário, elas sobrepõem-se, dando origem à uma diversidade de práticas materiais e simbólicas, que diferenciam os grupos sociais no seu entendimento do que seja natureza, inclusive na contemporaneidade.

Nesse sentido, não podemos deixar de observar que o relato anterior, nos remete a inferir sobre um fenômeno comportamental recente da sociedade de consumo: o demasiado zelo dedicado atualmente, à mascotas e animais de estimação, cães e gatos vivendo muito melhor que milhares de pessoas. O sofrimento animal está em maior evidência que o sofrimento humano. Esse tipo de relação em primeiro lugar movimentou um cada vez mais expansivo nicho de mercado, colocando na mira do capitalismo, a milenar relação de afeto entre homens e animais. Por outro lado, envolve questões de humanização do animal e desumanização do humano, no que nos parece, que o atual modo de vida na sociedade de consumo, é capaz de promover desvios, quase que patológicos, de afetos, vontades e saberes.

Todavia, quando situamos essa mesma representação de uma natureza sagrada, produto da ação divina, dentro da concepção de um campo social como busca a abordagem deste trabalho, constataremos que para determinados sujeitos coletivos, entre eles os movimentos sociais rurais, a metáfora da criação divina é apropriada no sentido de envolver os agentes em torno de suas crenças, estas particularmente ancoradas em seu modo de vida. A imagem da natureza divina toma então o sentido de dádiva, isto é, o meio de subsistência dado por Deus, reunindo-se então com a fé em uma mesma interpretação. Com isso, fica cada vez mais claro, que mais importante do que aquilo que se diz sobre a natureza, é saber, quem está falando o quê, e o mais importante, em que condições.

3.4. A natureza moderna

O surgimento das representações modernas de natureza tem sua origem intimamente ligada com a ascensão da burguesia ao poder, e com o surgimento do capitalismo. Se na Grécia antiga e no período medieval, a obra da causa primeira ou obra de Deus devia ser contemplada, respeitada e idolatrada, na idade moderna esta obra transforma-se em uma máquina perfeita, ainda criada por Deus, mas concedida ao homem para seu uso e progresso. A igreja e a nobreza tidas como suportes da imagem teológica de natureza, começam a sofrer seus primeiros abalos com a chegada do capitalismo mercantil. O período histórico que envolve o renascimento, as grandes navegações, o descobrimento do novo mundo e o advento do capitalismo mercantil e industrial, foi com certeza, o cenário perfeito para o surgimento de uma nova noção natureza:

Além do mais, uma natureza que funcione como principal fornecedora de mercadorias para o intenso comércio pós-medieval, ou como fonte de matérias primas para a industrialização dos tempos modernos, não pode ser mais aquela natureza orgânica, sujeita às vontades divinas, mas deve ser uma máquina perfeita, de movimentos equacionáveis e conhecidos, que o homem saiba manipular e, principalmente dominar. (CARVALHO, 1994, p.23)

Partindo-se da premissa de que não existe neutralidade na prática científica, podemos afirmar que as descobertas da ciência moderna “casaram” muito bem com o projeto de sociedade da burguesia. O papel a ser cumprido pela natureza nesta

nova sociedade, foi legitimado e sacramentado com uma série de descobertas que ficou conhecida como “revolução científica”. Assim como os filósofos gregos foram os responsáveis pela substituição da visão de uma natureza mítica, aqui os cientistas foram os responsáveis por refutar a idéia de uma natureza divina. Entre os mais proeminentes estavam Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, Francis Bacon, René Descartes e Charles Darwin.

Primeiramente, Copérnico (1473-1543) derruba o modelo geocêntrico de Aristóteles tão caro à igreja medieval, pois em seu modelo heliocêntrico, a Terra era apenas mais um entre muitos planetas que giravam em torno do sol. A perfeição dos movimentos circulares dos astros, outra tese aristotélica, é refutada por Kepler (1571-1630), que descobre órbitas elípticas para os planetas. Galileu Galilei (1564-1642) finalmente tomou as proposições de Copérnico e Kepler, e combinando linguagem matemática e experimentação científica, provou matematicamente a veracidade dessas proposições. A natureza concebida por Galileu era possível de ser decifrada em seus diferentes segredos, bastava para isso o entendimento da linguagem matemática. (CARVALHO, 1994, p.46)

Com Bacon (1561-1626), surgiu a ideia de “domínio da natureza”, que embora hoje seja apresentada em certos discursos como um equívoco eterno, para assim reivindicar-se um retorno à natureza possível natureza primitiva, na época tinha seu sentido respaldado pelo contexto social. Bacon rejeita as concepções filosóficas da antiguidade sobre o mundo perfeito, mas não abandona a ideia central de uma “causa primeira”, ou seja, Deus. Porém, entendia que o mundo não era imagem de Deus, e sim sua obra:

(...) Para Bacon, de fato, a natureza revela a marca da imperfeição, isto é da queda do ser humano pelo pecado original. (...)

Com efeito, se a natureza, longe de ser uma estrutura harmônica racionalmente definível, apresenta-se como hostil, estranha e adversa, a nossa única esperança é arrancar-lhe os seus segredos pedaço por pedaço, usando como que instrumentos de tortura, isto é, através das armas da técnica. Tal processo exige que o intelecto fique ligado como que por chumbo e lastro ao firme terreno dos dados concretos. (CRESPI E FORNARI, 2000, p. 26)

René Descartes (1596-1650) pode figurar como o principal responsável pela substituição da fé no divino pela fé na razão científica ao afirmar que “*toda a ciência é conhecimento certo e verdadeiro*”. A divisão dos objetos, em tantas quantas partes fosse possível, a fim de estudá-los detalhadamente e provar hipóteses

antecipadamente formuladas é uma das principais proposições de Descartes. Para CARVALHO (1994, p.48) o método cartesiano chega a confundir-se com o próprio método científico, de maneira tal que dificilmente alguma investigação seja reconhecida como ciência se não seguir *“a sua receita de separação, hierarquização de fatos, dedução e comprovação de hipóteses”*. Vem dos postulados cartesianos, a crença de que aquilo que é conhecido pelo método científico na natureza, tem o caráter de verdade indiscutível e objetiva.

Com Isaac Newton, as leis fundamentais de funcionamento da “máquina da natureza” ganharam equações que podiam prever e até certo ponto controlar determinados fenômenos, era sem dúvida, a realização dos ideais cartesianos. Ele combinou a ciência de Kepler e Galileu para formar a grande síntese da “Teoria da Gravitação Universal”, que por sua vez, explicou muito dos mistérios propalados pelos defensores de uma natureza divina:

A partir daí, qualquer das manifestações físicas – dos movimentos dos astros à queda dos corpos, ou o vôo dos pássaros – passou a ter uma explicação dada pela força da gravidade e pelas leis da física newtoniana. A natureza deixou de ser a ‘mãe nutriente’ e dadivosa de outros tempos, passou a ser uma máquina que se opera e se manipula, desde que se conheçam as regras do seu funcionamento, isto é, o método de Descartes e as equações da física newtoniana. (CARVALHO, 1994, p. 49)

Por último, o lançamento da obra “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin, pode ser considerado como mais um passo para explicar a natureza, de maneira tal, que estas explicações estivessem sempre de acordo com o espírito da época, no caso, o período da revolução industrial e do surgimento do mito do progresso. A noção de uma natureza evolutiva concorre agora com a metáfora da máquina, pois como afirma CARVALHO (1994), uma máquina não evolui, não progride, apenas repete as mesmas funções até se desgastar, e coube a Darwin fazer uma nova síntese da natureza que atendesse aos novos tempos de progresso.

Reunindo um número considerável de provas, a teoria foi muito bem aceita pela sociedade burguesa do início do século XIX, pois trazia implícita uma ideia de sociedade liberal, resultante de um longo processo evolutivo, onde na luta pela existência somente os mais fortes e melhor adaptados resistiriam, eliminando os indivíduos mais fracos através da “seleção natural”:

A sociedade capitalista obteve mais uma vez, e com fundamentos diferentes daqueles proporcionados pelos mecanicistas, uma sanção científica para o seu funcionamento. O exemplo de uma natureza onde na briga pela existência todos lutam contra todos, e só os melhores sobrevivem à 'seleção natural' que daí advém, tornou-se o melhor dos argumentos para justificar a ideia burguesa de 'vocação natural' que os homens têm para viver numa sociedade de mercado, já que nesta são as próprias 'leis de mercado' que se encarregam de 'naturalmente' selecionar os melhores (possivelmente os capitalistas), dos piores (despossuídos de uma maneira geral). (CARVALHO, 1994, p.55)

Pelo visto, a historicidade do discurso acerca da natureza é inegável. Na medida em que as relações sociais foram gerando novas necessidades materiais para a manutenção de determinado tipo de sociedade, a concepção de natureza acompanhou essa mudança. Se no princípio a consciência mítica não separava o homem do mundo natural, onde homem/natureza compunham uma única realidade, na modernidade homem e natureza separam-se nitidamente, a "mãe" virou "máquina" com o passar dos tempos.

Em outro aspecto, como veremos no capítulo seguinte, as matrizes interpretativas da natureza na contemporaneidade, necessariamente filiam-se à essas representações elaboradas no passado, formando uma diversidade não somente de sentidos, mas uma polifonia temporal, isto é, fenômenos atuais podem ser apresentados sob uma visão elaborada nos princípios da civilização ocidental.

4. REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE NATUREZA E O CAMPO AMBIENTAL

Estupefato, não disse nada, não cheguei sequer a soltar um grito; mas, ao cabo de algum tempo, que foi breve, perguntei quem era e como se chamava: curiosidade de delírio.

— Chama-me Natureza ou Pandora; sou tua mãe e tua inimiga.

— Estou sonhando, decerto, ou, se é verdade que enlouqueci, tu não passas de uma concepção de alienado, isto é, uma coisa vã, que a razão ausente não pode reger nem palpar. Natureza, tu? A Natureza que eu conheço é só mãe e não inimiga; não faz da vida um flagelo, nem, como tu, traz esse rosto indiferente, como o sepulcro.

(MACHADO DE ASSIS, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

Elaborar um quadro de apresentação das concepções contemporâneas de natureza exige primeiramente uma opção por um determinado esquema classificatório, algo que nos sirva de referência. E nesse sentido, as opções são muitas. Podemos tomar como ponto de partida, a aceção de que é impossível destacar as idéias contemporâneas de natureza daquilo que modernamente denomina-se de “questão ambiental”. Como bem exige a complexidade que o fenômeno da proliferação dessa temática apresenta, esta tem sido objeto recente de estudo de diversas áreas do conhecimento, onde se destacam a Sociologia, a História e a Filosofia da Ciência e a Antropologia.

Nossa primeira opção é descartar aquelas visões que caracterizam a massificação dos temas ligados à natureza e ao ambiente, como um resultado de um processo evolutivo. É quase que um senso comum, apontar marcos históricos de uma possível gênese ou “surgimento do ambientalismo”, como se, categorias como natureza ou meio ambiente, permanecessem impávidas e congeladas no tempo e nos mais diferentes contextos históricos sociais. Acreditamos que esse procedimento perde sua capacidade explicativa, principalmente quando submetido a uma releitura dos fatos históricos que explicam como e porque hoje, a natureza é motivo de debate social.

Ou seja, remontar “o despertar da consciência ambiental” implica em recontar a história, nomear atores, tomar posição diante de certos acontecimentos. Dada a diversidade de cenários, um outro observador poderá não conferir a mesma importância aos mesmos fatos, e nem mesmo as ações dos agentes sociais envolvidos no processo de “tomada de consciência”, talvez não encerrem o mesmo

sentido sob as relações de poder e a dinâmica social de cada tempo e cada lugar. (GERHARDT E ALMEIDA, 2005)

No mesmo sentido, visualizamos também algumas controvérsias quando analisamos posições que expressam que a existência de um “despertar da consciência ecológica”, é resultado dos inúmeros “desastres” e “problemas” ambientais globais surgidos com a sociedade moderna. Como exemplo, podemos citar o efeito estufa, as chuvas ácidas e a poluição urbana. De acordo com esta visão, os apelos pela conservação/preservação do planeta têm uma causa concreta: são uma reação causal de alguns segmentos sociais mais informados ao modo de vida da sociedade urbano-industrial, como afirmam GERHARDT E ALMEIDA (2005. p. 11-12):

No entanto, por outro lado, se poderia argumentar também que tais preocupações, apesar de poderem hoje ser rotuladas de “questões ambientais”, tinham um caráter e uma especificidade próprios de seu tempo e, portanto, com implicações práticas e cognitivas diferentes do modo de pensar e agir contemporâneos. E isso aponta, justamente, para a necessidade de se reconhecer que o conceito de meio ambiente define-se historicamente no tempo e no espaço e que, por conseguinte, não possui hoje os mesmos significados de 100, 200 ou 300 anos atrás. Do mesmo modo, as compreensões de meio ambiente em países como a Alemanha serão totalmente diferentes daqueles encontrados na Costa do Marfim, na Turquia ou no Brasil, por exemplo. Ou, ainda, que as conotações que esta idéia assume em cidades como Porto Alegre, serão muito distintas daquelas assumidas em uma realidade como a de um pequeno município do sertão nordestino. Isto sem falar, como já sugerido anteriormente, que o aparente sucesso da nova temática ambiental é um fenômeno ainda muito restrito em termos planetários.

Por tudo isso, a relativização será sempre necessária quando nos voltarmos para os fenômenos cognitivos que envolvem a relação sociedade-ambiente, já que por mais difundida que seja esta temática, a nomeação de determinados problemas como “ambientais” só fará sentido diante dos olhos de determinada sociedade, e em determinado momento. As percepções, certamente são determinadas em parte pela dinâmica das relações sociais locais, e mais profundamente, pela distribuição assimétrica de poder conhecida na sociedade capitalista. Sendo assim abdicamos daquelas idéias que defendem o surgimento de um processo evolutivo de tomada de consciência, ou de reação face aos problemas ambientais globais, em detrimento de uma concepção que coloca a questão ambiental como uma “invenção” social contemporânea, desprovida de âncoras conceituais, que possam conferir-lhe uma legitimidade eterna e hegemônica.

Sob a ótica da Análise de Discurso, o significado de natureza entra no jogo simbólico da produção de sentidos, este por sua vez, determinados pela história e pela ideologia, alguns de seus elementos essenciais. Em outras palavras, aquilo que hoje pode ser denominado de natureza ou problema ambiental, assim como seus mais diversos termos correlatos (biodiversidade, preservação, conservação, meio ambiente) é sem dúvida um objeto de disputa simbólica, que envolve uma heterogeneidade de representações que para fins de análise, podem e devem ser articuladas ao discurso.

4.1 Os discursos concorrentes

Uma das principais características da questão ambiental é a concorrência nas esferas pública e privada, pela definição da legitimidade de determinadas ações da sociedade sobre os entes do mundo natural - não por acaso, aqueles que segundo alguns, colocam em risco a continuidade da espécie humana. Embora o “discurso ecológico” ou “discurso ambientalista” pareça à primeira vista homogêneo, sem contradições e isento de ideologia, na realidade o que existe é um embate social pela classificação do que seria “ambientalmente correto”.

Sob um olhar mais apressado, todos “respeitam a natureza”, têm “compromisso com as futuras gerações” e querem “salvar o planeta”, embora essa generalização do discurso verde possa ser vista de maneira crítica:

A oficialização e o uso retórico dos conceitos do ambientalismo e desenvolvimento sustentável moldam as consciências e manipulam os interesses da população, desestimulando a militância e anulando o potencial crítico e transformador do discurso ambientalista. O movimento ambientalista foi se normalizando “e” imunizando “, antes mesmo de ter resolvido as causas que o geraram. Ao mesmo tempo que se difunde e se enraíza o discurso ambiental na consciência popular, ele converte-se também em objeto de simulação e manipulação política. Desta forma, a causa ambiental vai-se diluindo antes mesmo de ter consolidado suas propostas e estratégias para fundar uma nova racionalidade social e produtiva, sobre bases de equidade e sustentabilidade (LEFF, 2000, p.358)

No caso das obras das hidrelétricas no rio Madeira, por exemplo, as empresas responsáveis pelos empreendimentos, de nenhuma forma apresentam-se à sociedade como “gananciosas” ou “destruidoras do meio ambiente”. Muito pelo

contrário, elas patrocinam programas de educação ambiental, além de investir pesado em estratégias de divulgação, que enfatizam as medidas tomadas para mitigar os danos ambientais causados pelos empreendimentos, tudo isto inclusive legalmente previsto. Sendo assim, qual natureza é verdadeira? A do progresso responsável com ares de sustentabilidade proposto pelas corporações? Ou aquela que pretende conservar o modo de vida das populações tradicionais e o meio onde vivem, defendida pelo movimento social?

São questões que poderiam envolver qualquer debate atual à respeito do uso de determinado recurso, e elas envolvem não somente a definição de determinada concepção de natureza, mas também a definição do que seja desenvolvimento, progresso e bem-estar social. Estas categorias, modernamente constituem uma relação muito próxima com o discurso acerca da natureza, e com as lutas sociais que há muito fazem parte da dinâmica da sociedade capitalista. Em determinados contextos inclusive, terão muito maior valor argumentativo que a simples proteção de determinado recurso natural:

Uma nova modalidade de conservação surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito pelo acesso à terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do terceiro mundo para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental. Exemplos de ambientalismo social dos países meridionais são: o Movimento dos Seringueiros, dos Povos da Floresta na Amazônia Brasileira, dos Atingidos pelas Barragens; o Movimento Chipko e dos pescadores artesanais na Índia; o dos Povos da Floresta na Malásia etc. (DIEGUES, 2001, p.37)

O debate contemporâneo assume certa singularidade quando nos voltamos para polissemia do discurso ambientalista. Além disso, certos conceitos, metáforas ou classificações sobre a natureza, podem ser utilizados tanto em um como em outro discurso antagonista. Através da Análise de Discurso, buscamos visualizar outros elementos que permitam distinguir questões de fundo histórico, ideológico e social, e que realmente podem demonstrar o lugar de onde fala cada sujeito, isto é, sua posição no campo ambiental.

Quando faz referência aos principais elementos constituintes do discurso, ORLANDI (2005) enumera uma série de procedimentos que permitem que o analista “*atravesse a opacidade do texto*” (p.12), para que seja apreendida a forma como determinado discurso produz sentidos e mobiliza conceitos. Nesse processo a

descoberta das formações discursivas é um dos elementos imprescindíveis. Aqui, colocamos esquematicamente a categoria formação discursiva, no lugar daquilo que pode ser denominada de várias formas: “corrente ambientalista” ou “matriz interpretativa da questão ambiental”. Com a finalidade de obter um recurso explicativo, aceitamos logicamente que qualquer destas categorias, seja constituída cada uma por sua respectiva formação discursiva.

Retomando a Teoria das Representações Sociais, mais precisamente quando esta coloca o conceito de ancoragem, podemos mapear no discurso ambientalista, as diversas representações à respeito da natureza, e, até mesmo suas filiações teóricas, que como vimos no capítulo I, atravessaram séculos, modificaram-se, ressurgiram e hoje nos parecem ser tão novas. Muitas são as classificações possíveis para essas representações na atualidade, e as que passamos a relatar, constituem apenas uma amostra, que tem como objetivo demonstrar alguns propósitos analíticos deste trabalho. Esse procedimento de classificação esquemática das representações segue algumas das considerações tecidas por ORLANDI (2005):

Creio que aqui é útil distinguir algo que faz parte da reflexão da Análise de Discurso como um seu princípio. É a distinção entre real e imaginário. O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível das representações, temos a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário. É por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona. (p.74)

DIEGUES (2001) divide em dois grandes enfoques as matrizes interpretativas da questão ambiental, os quais denomina de “*escolas atuais do pensamento ecológico*”:

Em primeiro lugar, para um certo número de autores, distinguem-se basicamente dois grandes enfoques na análise da relação homem/natureza. A primeira chamada de “biocêntrica” ou ecocêntrica, pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo. Além disso, o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que possa ter para os humanos. A outra corrente é a chamada “antropocêntrica” (sobretudo pelos primeiros) porque opera na dicotomia entre homem e natureza, e para qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. A natureza não tem um valor em si, mas se constitui numa reserva de recursos naturais “a serem explorados pelo homem”.(p. 41)

Esses dois grandes enfoques constituem a matriz geradora de uma série de concepções, dos mais variados matizes, e que por sua vez constituem as fontes dos recursos discursivos do debate ambiental.

Ainda quando fazemos referência aos sentidos atribuídos à natureza na modernidade, podemos reuni-los em três categorias: *metafísica*, *realista* e *epidérmica*. A primeira serve para expressar a diferença entre o que é humano e não-humano. Serve também para constituir as oposições natureza/cultura, natureza/sociedade, natural/artificial. No sentido *realista*, temos a natureza sob a ótica das ciências naturais, acompanhada de toda a terminologia referente aos organismos, estruturas e processos que notadamente compõe o mundo natural, e aos quais estamos interligados. Quando a palavra natureza é utilizada no sentido da “*percepção imediata e da fruição estética*”, e remete de imediato à descrição de paisagens como campos, praias, florestas, em oposição às cidades, construções e aglomerações urbanas, estamos estabelecendo o sentido *epidérmico* de natureza. A natureza nesse sentido, poderá ser uma natureza “selvagem”, ou até mesmo aquelas porções de áreas silvestres já modificadas pela ação humana, mas que guardam algum atributo estético ou cultural. (SOPER, 1995 *apud* CASTRO, 2002).

Sem dúvida, o sentido epidérmico parece ser o que mais se relaciona com a noção de ambiente, e ainda, é o sentido mais utilizado quando o assunto é “vender” a natureza na forma de paisagem como objeto de consumo e distinção social, um local de desfrute e contemplação para a população urbana, que “poderá visitar a mãe-natureza e o bom selvagem”. Esta encontrará também nos parques, nos hotéis-fazenda e nas trilhas ecológicas, um alívio para os diversos males psicossociais tão comuns ao atribulado modo de vida contemporâneo. (RIBEIRO & BARROS, 1994; SILVA, 2002; ALMEIDA, 2008).

A ruptura do cotidiano, o descotidianizar, permite, em maior ou menor grau, sair da reprodução massiva, ossificada nas rotinas obrigatórias e previsíveis, tornando-se tanto um ângulo potencialmente revelador de aspectos desconhecidos da realidade quanto uma posição diferenciadora dos indivíduos. (...) A natureza depois de dessacralizada, objetificada e manipulada ao máximo pela sociedade industrial, passa a ser reencantada com valores ontológicos que se cristalizam em pólos como o de um conservacionismo radical incompatível com a presença humana ou de um animismo do tipo Mãe Gaia. Experimentar uma relação *sui generis* com a natureza entendida enquanto algo fora ou além da cultura, é, pretensa ou momentaneamente, estar fora do fetiche do capitalismo industrial. (RIBEIRO & BARROS, 1994, p.9).

Já a natureza no sentido *realista*, aparece muito forte no discurso pela preservação de certas estruturas, processos e organismos, que segundo a ciência ecológica, estão relacionados com a continuidade da própria existência humana. Prova de que esse sentido é amplamente utilizado como recurso discursivo, é a inegável apropriação dos termos da Ecologia pelos movimentos ambientalistas, ciência que contribui com boa parte do seu repertório. Conceitos como ecossistema, biodiversidade, flora, fauna e biotecnologia, têm cada vez mais circulação pública através do discurso ambientalista, estando cada vez mais ligados às convocações para “salvar o planeta”.

De outra forma, no sentido realista, dada sua credibilidade científica, a noção de Ecossistema pode ser tomada como decisiva no processo de institucionalização da questão ambiental, haja vista a criação de sistemas públicos para conservar de frações da natureza, e que são embasados nesse conceito, e às vezes, infelizmente, somente nele. Na mesma direção, a extrapolação da visão ecossistêmica, pode ser apontada como responsável pela indiscutível hegemonia política do discurso do “Desenvolvimento Sustentável”. Este paradigma oficializou-se nos programas governamentais de muitos países à partir da publicação do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland” em 1987, que apontava que os atuais níveis de produção e consumo, eram incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas do planeta, o que desta forma comprometeria a existência das futuras gerações. Então, emerge a noção de sustentabilidade e com ela a máxima: “*Satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras*”. Alguns problemas são vistos na consolidação desta visão de mundo e, principalmente na sua conexão com a realidade social, principalmente a dos países meridionais:

Diversos autores analisam paradoxos e contradições dessa postulação, dentre elas: A incompatibilidade entre o conceito de sustentabilidade oriundo da ciência ecologia com o conceito de desenvolvimento associado ao progresso econômico ilimitado e à maximização de lucros. A inconsistência entre o tempo humano e tempo econômico da acumulação e da rotatividade do capital com o tempo biofísico da biosfera. E, a impossibilidade de falar-se em desejos e aspirações das gerações futuras e, principalmente, medi-los e valorá-los no tempo presente. Demonstrei ainda que a formulação das Nações Unidas, produzida pela Comissão, é suficientemente vaga para não ferir os interesses hegemônicos consolidados das nações e de corporações nacionais e transnacionais, de classes sociais, de domínios territoriais e tecnológicos. (MOREIRA, 2007, p.10.)

Por fim, podemos afirmar que uma esquematização em que propomos avaliar primeiramente as duas vertentes geradoras dos posicionamentos em relação à questão ambiental, bem como a apresentação sob um viés crítico dos sentidos que a palavra natureza assume na circulação do discurso ambiental/ecológico na contemporaneidade, contribui para percebermos que não existe uma relação unívoca representação/discurso, pelo contrário, eles se sobrepõem ou colocam-se sob tensão no jogo da construção discursiva.

É importante ressaltar novamente, a diversidade de práticas sociais e políticas que sob o ponto de vista do campo ambiental, estão relacionadas com o jogo social que pode determinar desde as atitudes individuais (como fizemos referência ao “consumo da natureza”), até a elaboração de políticas corporativas e institucionais, entre elas, a legislação ambiental, de uso e ocupação da terra, como o exemplo que damos do uso da noção de Ecossistema. As três correntes do ambientalismo que julgamos concorrentes, e que passamos a relatar, são uma pequena amostra de uma ampla gama de enfoques.

4.2.1. A Ecologia Profunda (Deep Ecology)

Este primeiro enfoque revela-se essencialmente biocêntrico, tendo *“grande influência espiritualista, seja cristã, seja das religiões orientais, aproximando-se freqüentemente de uma quase adoração do mundo natural”* (DIEGUES, 2001, p.43). A idéia central da Ecologia Profunda é a de que não existe nenhuma diferença entre o humano e não-humano, portanto, nossos valores e nossa cultura não são parâmetros para nos colocar acima de qualquer outro ser vivo. Pelo contrário, o mundo natural possui um valor “em si”, que independe do que pensamos dele. Nas palavras de CASTRO (2002):

As duas palavras-chave que caracterizam a *deep ecology* seriam então o holismo e o anti-humanismo. O anti-humanismo, porque o valor deixa de ser relativo às pessoas para passar a ser relativo à ecossfera, e o holismo, porque a totalidade – a ecossfera – é assumida como moralmente superior aos indivíduos, e assim o bem comum permite que se passe por cima do bem de cada indivíduo particular e mesmo do bem da humanidade.(p.154)

Deve-se ao filósofo norueguês Arne Naess a formulação dos primeiros princípios desse enfoque. Colocando uma visão inovadora da ciência ecológica até então, apregoa-se a unidade dos mundos social e natural, e a atenção às questões filosóficas que envolvem a Ecologia, considerando esta ciência não só como reguladora da ação humana no planeta, mas também modeladora de atitudes individuais (COUTO, 2006). Os itens transcritos a seguir foram formulados na década de 80, e fazem parte do que este autor denomina de Plataforma do Movimento da Ecologia Profunda, contendo as principais idéias de Arne Naess:

- a. O bem-estar e o florescimento da vida humana e da não-humana sobre a terra têm valor em si próprios (sinônimos: valor intrínseco, valor inerente). Esses valores são independentes da utilidade do mundo não-humano para propósitos humanos.*
- b. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização desses valores e são valores em si mesmas.*
- c. Os humanos não têm nenhum direito de reduzir essa riqueza e diversidade exceto para satisfazer necessidades humanas vitais.*
- d. O florescimento da vida humana e das culturas é compatível com uma substancial diminuição na população humana. O florescimento da vida não-humana exige essa diminuição.*
- e. A interferência humana atual no mundo não-humano é excessiva, e a situação está piorando rapidamente.*
- f. As políticas precisam ser mudadas. Essas políticas afetam estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas. O estado de coisas resultante será profundamente diferente do atual.*
- g. A mudança ideológica é basicamente a de apreciar a qualidade de vida (manter-se em situações de valor intrínseco), não a de adesão a um sempre crescente padrão de vida. Haverá uma profunda consciência da diferença entre grande e importante.*
- h. Aqueles que subscrevem os pontos precedentes têm a obrigação de tentar implementar, direta ou indiretamente, as mudanças necessárias .*

Como vimos, com essa corrente fundem-se o sentido realista e o sentido epidérmico de natureza, pois primeiramente a Ecologia Profunda surge de uma ciência destinada a estudar os organismos bióticos e abióticos e os processos que regem sua interação. Nesse caso, a Ecologia é extrapolada ao seu máximo alcance,

atingindo a normatização da vida social e invadindo a subjetividade de cada indivíduo.

Porém, a Ecologia Profunda pode assumir uma face espiritualista, de exacerbação de um imaginário contemplativo e de adoração à entes do mundo natural. Esse tipo de comportamento, logicamente é resultante dessa visão de horizontalidade entre homem e mundo natural. Ou seja, temos a mesma origem biológica e, portanto o mesmo valor que qualquer outro ser vivo, que pode ser uma árvore ou uma ameba, não importando sob esse ponto de vista, se árvores ou amebas seriam capazes de viajar ao espaço, ou usar sua “inventividade” e sua cultura para aumentar a expectativa de vida em condições adversas, ou simplesmente, se seriam capazes de organizarem-se politicamente.

Se retomarmos os sentidos que a natureza assumiu na história ocidental como vimos anteriormente, podemos muito bem visualizar uma filiação discursiva com a visão medieval de natureza, onde todos os seres eram criaturas de Deus, inclusive com direito à justiça e defensor público. Por certo que sobram críticas e ataques à corrente da Ecologia Profunda, mas isso não a desconstitui como uma das principais fontes de recursos discursivos no debate ambiental, gerando sem dúvida, inevitáveis controvérsias, ou aspectos que ORLANDI (2005) denomina de incompletude ou falha do discurso.

O primeiro julgamento vem sobre sentido e a importância que esta visão confere ao indivíduo como irradiador da mudança de atitude em relação à natureza, isto é, a Ecologia Profunda proclama como princípio de uma nova ordem, a transformação das atitudes individuais. Por isso, são considerados ingênuos por seus opositores:

Politicamente são considerados ingênuos, por conceberem que as mudanças individuais de valores, atitudes e estilos de vida possam se constituir como o motor das mudanças sociais. Para seus críticos – em geral filiados a ideologias de esquerda – não é possível confrontar os poderes institucionais encarnados no Estado e nas grandes corporações através de mudanças comportamentais individuais. (LIMA, 2005, p. 49)

Da mesma forma são apontados alguns contra-sensos nas posições políticas dos ecologistas profundos e na idéia de transpor para a ordem social, as leis biológicas de funcionamento natural, pois são muito bem conhecidas as

consequências de práticas da eugenia, por exemplo, defendidas outrora e por incrível que pareça, no presente, pela ideologia do nazi-facismo:

São igualmente criticadas, como posições conservadoras dos ecologistas profundos, a valorização de culturas tradicionais, a transposição de modelos biológicos para a compreensão da sociedade, a falta de problematização dos conflitos e das desigualdades sociais. Para certos observadores, o radicalismo de alguns destes argumentos chega a se assemelhar ao biologismo utilizado por ideologias fascistas que ao longo da história já produziram discursos ecológicos. (PEPPER, 1997 *apud* LIMA, 2005, p. 49)

À despeito desse arsenal de críticas, a Ecologia Profunda enquanto matriz discursiva está inserida cotidianamente no discurso ambiental, internalizada em várias instâncias e determinando práticas simbólicas e materiais de indivíduos e instituições. Por isso não devemos estranhar quando um ministro de Estado, ao cometer um ato falho em um passado não muito distante, ponderou que uma cadela *“é um ser humano como outro qualquer”* (sic). Nem mesmo parece exagero, o fato de que recentemente uma família de corujas incomodadas por alguns fogos de artifício, tenha mobilizado todo um aparato policial para protegê-la, e, além disso, tenha sido objeto de uma imensurável exposição midiática, que buscou “informar” uma audiência cada vez mais preocupada com o “destino do planeta”. Pois é; aí está.

4.2.2 Modernização Ecológica ou Ecocapitalismo

O que aqui denominamos de Modernização Ecológica, também recebe a denominação de Eco-capitalismo ou Eco-tecnocracia, que podem ser reunidos em conjunto que representa aqueles enfoques de matriz antropocêntrica, e que tem em comum a crença de que a tecnologia e o mercado são capazes de estabelecer uma relação “sustentável” com a natureza. Para esta corrente a natureza não perde o sentido realista, seja como recurso natural, matéria-prima ou produto de consumo:

Resumidamente, a Modernização ecológica pode ser entendida como uma proposta de reestruturação da economia política do capitalismo que se esforça em demonstrar a compatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental e a possibilidade de enfrentar a crise ambiental dentro dos marcos da ordem capitalista. Mais que isso, entende o desafio ambiental como um estímulo para renovar o capitalismo, tornando a economia mais eficiente e capaz de elevar a produtividade e a lucratividade, enquanto reduz o consumo de recursos naturais e a produção de resíduos industriais. (LIMA, 2005, p. 45).

Dessa forma, o progresso tecnológico e a geração de riqueza (crescimento do capital e do consumo) são associados à uma paralela e progressiva proteção do meio ambiente, em que a busca do sustentável se daria através da eficiência, com uma menor utilização de matéria e energia, do controle da população e do consumo responsável. Os eventuais riscos e problemas advindos do uso sem parcimônia desses recursos poderiam, seguramente ser contornados através das tecnologias limpas e da incorporação de “práticas ecologicamente corretas”. Isto é, problemas ambientais são reconhecidos, porém as soluções estão à caminho, via mercado, é lógico.

Este é, sem dúvida, o enfoque hegemônico e já institucionalizado nos países capitalistas desenvolvidos, de onde vêm muitas das “novidades” da tecnologia ambiental moderna. Em certo sentido, a Modernização Ecológica é parte da história de desenvolvimento do capital, agora travestido pelo discurso da ‘responsabilidade ambiental’ e na imagem do ‘desenvolvimento sustentável’. As denominadas tecnologias limpas são uma resposta para a manutenção da sustentabilidade do planeta Terra. Sob esse projeto, os interesses individualistas, de propriedade, de apropriação e de exploração dos recursos naturais, essenciais à reprodução e acumulação do capital, são deixados de lado, pois o Mercado deve tratar das questões ambientais, não a política.

Sendo assim, a expansão do capital se constitui através da mercantilização da natureza, do homem e da cultura, colocando a luta social pelo controle dos recursos naturais sob as forças reguladoras do mercado, ao poder econômico, processo clássico de exclusão e de desigualdade no acesso à natureza, bem como aos bens produzidos (PEPPER, 1992, p.63).

A proposta da Modernização Ecológica envolve alterações nas relações institucionais e corporativas, a fim de criar uma nova ética ambiental na sociedade. Para isso, aposta-se no consenso entre os diversos setores envolvidos nas questões ambientais, desconhecendo dessa forma as contradições que permeiam o sistema capitalista de produção, e, principalmente as relações de poder existentes nessas sociedades. (BLOWERS, 1994).

Talvez por isso, alguns resultados positivos tenham sido alcançados nos países desenvolvidos, como a Suécia, a Alemanha, a Holanda e o Japão, onde as relações políticas têm como principal característica o consenso. Por outro lado, não

devemos deixar de observar, que a crença cega na tecnologia e na ciência moderna desconsidera que estas possuem lá seus limites na solução de alguns problemas.

Na condição de matriz discursiva, a Modernização Ecológica é responsável pela associação direta entre corporações e natureza/meio ambiente, através dos mais diversos selos de qualidade ambiental e do uso do novíssimo conceito de responsabilidade ambiental (CARRIERI *et. al.*, 2009). É lógico também que este enfoque, possui a sua receita para uma ética individual ambientalista, que se materializa em proposições de mudança de atitudes individuais, tal como também proposto pela Ecologia Profunda. Assim, hoje estão na moda o consumo consciente e os hábitos ecologicamente corretos.

De outra forma, o discurso da Modernização Ecológica, proporciona as representações necessárias para a apresentação pública de empresas e instituições “preocupadas com o meio ambiente” exibindo uma variedade de boas intenções e seus consagrados selos verdes (PEREIRA, 2008).

Através dos conceitos e metáforas mobilizados nesse discurso, somos incitados a escolher os produtos oriundos de tecnologias limpas; ou assistir os milagres de uma agricultura menos nociva e econômica: a agricultura de precisão. Se ainda não confortados com as admiráveis soluções apresentadas pelo capital e pela tecnologia para as questões ambientais, podemos ainda, segundo as recomendações de ONGs e empresas “verdes”, “fazer a nossa parte”: reciclar o lixo doméstico, não esquecer de fechar a torneira enquanto escovamos os dentes, ou, simplesmente, “fazer xixi no banho” (sic).

4.2.3 O Eco-marxismo

Essencialmente, o enfoque eco-marxista baseia-se na crítica das relações sociais de produção capitalista, que sob esse ponto de vista, são incompatíveis com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento humano. Considera-se que a expansão do capital é determinante em última instância, na geração dos conflitos sócio-ambientais atuais. Estes conflitos, podem ser em torno da satisfação das necessidades, dos interesses humanos, da concepção de natureza, nas formas de apropriação de bens e dos recursos ambientais.

A questão ambiental ultrapassa, desta forma, a análise das relações entre a sociedade e a natureza, aprofundando-se nas relações intra-sociais. Ao falar em eco-marxismo, torna-se necessário retomar algumas das idéias seminais de Karl Marx, e tentar encontrar nelas, alguma relação com o que hoje denomina-se de questão ambiental, já que para alguns, este nada contribuiu para esta temática.

Sob uma concepção marxiana o ponto de partida para análise da questão ambiental a nosso ver passa pela noção de “*metabolismo social*” empregada por Marx nas suas “*premissas para uma concepção materialista da história*”, nas quais descreve o processo pelo qual os homens em sociedade transformam a natureza química, física e biológica e ao fazê-lo, transformam sua natureza interna. Marx considera o trabalho como um processo realizado entre homem e natureza, onde o homem domina, regula e controla seu metabolismo com a mesma. Resulta que com a evolução das forças produtivas, a relação da sociedade com a natureza externa tende a ser mediada por uma crescente complexidade de instrumentos e práticas produzidos pelas gerações presentes e anteriores.

Há portanto uma relação dialética entre o ambiente e a sociedade humana, onde as relações sociais determinam a relação com o ambiente e este por sua vez determina as relações sociais. O capitalismo na ótica marxiana, é o sistema das contradições, e essa mediação entre sociedade e natureza tende a ser um reflexo das relações conflitantes da estrutura de classes intrínseca a este modo de produção.

Esta ligação da questão ambiental com o marxismo clássico, não constitui-se na única forma interpretativa da questão ambiental pelo viés marxiano. Na verdade, a própria crítica interna à heterodoxia que segundo alguns autores Karl Marx atribuiu à natureza, fez com que nos anos 60 surgissem outros olhares da esquerda em relação à questão ambiental, entre eles, talvez uma das contribuições mais importantes venham da obra de Serge Moscovici, *La Société contre Nature* (1969) e *Hommes Domestiques, Hommes Sauvages* (1974). (DIEGUES, 2001; CASTRO 2002)

Para estes autores as idéias de Moscovici tentam ultrapassar a dicotomia naturalismo/culturalismo, apregoando uma nova relação entre estes dois enfoques, onde seja suprimida a dicotomia natureza/cultura. Consideramos a base de toda esta argumentação, como a que mais se aproxima de uma noção historicizada das idéias à respeito da natureza. Em outro sentido, também nos parece que as idéias

de Moscovici esclarecem boa parte de alguns de nossos questionamentos em torno do discurso ambientalista. Principalmente aquelas práticas discursivas que por força da normalidade e do senso comum, levam à uma reprodução social dos discursos que legitimam as noções super-proteção e de equilíbrio da natureza. Para que isso fique mais claro, impossível não referir-nos à interpretação que CASTRO (2002) confere às idéias defendidas por Moscovici:

Moscovici defende a idéia de que não existe “A natureza”, como não existe “A Sociedade”. Não há uma natureza geral, única, essencial e imutável, fora de nós. Existem várias naturezas locais, definidas conjuntamente pelos seus processos naturais e pelas trocas com as sociedades que a habitam, entre elas a nossa. E desde sempre as naturezas locais que faz sentido pensar foram e são naturezas transformadas. Por isso, não tem sentido para ele falar em regresso à natureza, pois não existe uma natureza essencial e única a regressar. Para ele nem sequer se pode compreender o que significa “esse famoso *balance of nature*, essa natureza em equilíbrio”. Os homens não puderam, nem podem evoluir, tal como as outras espécies, senão transformando a natureza. Da mesma forma para Moscovici não existe “A Sociedade”, uma sociedade única, do ponto de vista da qual se pudesse impor à toda humanidade um conjunto de opções de salvaguarda da natureza.(p. 64-65)

Se confrontarmos esse ideário neomarxista exposto acima, com as outras duas matrizes interpretativas da questão ambiental que apresentamos, perceberemos que os argumentos de Serge Moscovici são de uma força tal, que acabam por demonstrar inúmeros equívocos nas propostas da Modernização Ecológica e da Ecologia Profunda. Mesmo assim, e não poderia deixar de ser de outra forma, estes dois últimos enfoques podem ser considerados como hegemônicos na constituição do discurso ambiental contemporâneo. Isto com certeza deve-se à institucionalização da Modernização Ecológica e a facilidade com que a Ecologia Profunda circula no imaginário popular, isto tudo, é claro, apenas uma resultante das relações assimétricas de poder instituídas pelo campo ambiental.

5. O DISCURSO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E A MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

5.1 A gênese das lutas do MAB

A construção de grandes barragens traz consigo uma série de impactos, que vão desde a saída de milhares de famílias de suas terras e a perda da sua identidade social, até os prejuízos causados pelo processo de inundação em áreas. Também não é raro que as comunidades locais não recebam as informações necessárias sobre o processo de construção das Usinas e seus reais impactos. Esses impactos, dependendo do contexto, podem ser até distorcidos e abrandados nos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental —EIA/RIMA— elaborados pelas empresas como exigência legal para aprovação do empreendimento junto aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental (ROTHMAN, 1996; SANTOS, 2003; SOARES *et.al.*, 2007).

Considerando que a previsão do setor elétrico brasileiro é de que até o ano 2015 sejam construídas 494 hidrelétricas, a questão torna-se problemática do ponto de vista da gestão sustentável dos recursos naturais do país. De outra forma existem evidências de que boa parte dessas Usinas Hidrelétricas seja construída pelo setor privado (SANTOS, 2003). A privatização do setor elétrico e a constituição de inúmeros consórcios entre empresas privadas visando a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE), conferem um caráter conflitivo à relação entre empresas e populações locais.

No caso brasileiro dos atingidos por barragens, SCHERER-WARREN (1996) reconstrói parte da trajetória dos movimentos sociais rurais representativos da população atingida pela construção dos lagos. Dentre essas novas formas de organizações, a autora destaca o Movimento dos Atingidos por Barragens, fundado na década de 70, período de início das grandes construções, como Sobradinho e Itaparica no Nordeste e com a Itaipu Binacional no Paraná; em seguida surge o Movimento dos Sem-Terra, predominando no sul e no sudeste do Brasil e o Movimento de Mulheres Agricultoras, cujas lutas vieram a fortalecer o Movimento dos Atingidos por Barragens e dos Sem-Terra

BOX 1

História do MAB

A história dos atingidos por barragens no Brasil tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil que contemple uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda aos anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragens, seu destino e o do meio ambiente.

Na década de 70, foi intensificado no Brasil o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Usinas Hidrelétricas são construídas em todo o país. Projetos “faraônicos” são levados adiante com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias que consomem muita energia chamadas de eletro-intensivas e para a crescente economia nacional, que passava pelo chamado “milagre econômico”, durante a ditadura militar.

Estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras. Uma enorme massa de trabalhadores que perderam suas casas, terras e o seu trabalho. Muitos acabaram sem-terra, outros tantos foram morar nas periferias das grandes cidades. Desta realidade surge a necessidade da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir ao modelo imposto.

Assim, em abril de 1989 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Dois anos depois, é realizado o I Congresso dos atingidos de todo o Brasil - em março de 1991-, onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deve ser um movimento nacional, popular e autônomo, que deve se organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de Março é instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país.

Os Congressos Nacionais do MAB passaram a ser realizados de três em três anos, sempre reunindo representantes de todas as regiões organizadas e as decisões tomadas serviam como base para o trabalho e linhas gerais de ação.

Com o apoio de diversas entidades realizamos o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, em março de 1997, na cidade de Curitiba-PR/Brasil. O Encontro Internacional contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Durante o encontro, atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa puderam compartilhar as suas experiências de lutas e conquistas, fazer denúncias e discutir as Políticas Energéticas, a luta contra as barragens em escala internacional, bem como, formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento. Do encontro, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997, é criada na Suíça a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões.

Em novembro de 1999 o MAB realiza seu IV Congresso Nacional, em Minas Gerais, onde é reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal, e por um Projeto Popular para o Brasil, onde incluía um novo modelo Energético. Foi reafirmado o método de organização de base do MAB, através dos grupos de base, instância de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo.

Em Junho de 2003, acontece o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Brasília/DF. Em novembro do mesmo ano, a Tailândia é a sede do 2º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens. No ano seguinte, cerca de 600 militantes do MAB realizam a Marcha Nacional Águas pela Vida, que foi de Goiânia à Brasília, exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos.

5.2 Representações de natureza no discurso do MAB: A construção do discurso – momento subjetivo da mobilização

A água é a vida, a vida é a água
Por Deus foi escolhida para nos salvar.
(Irmãos Sausen)

Dada a desigualdade sócio-espacial sob a qual se processam os conflitos engendrados pela construção das grandes barragens, e a dinamização do potencial representativo das populações locais imprimida pelos movimentos sociais, considera-se pertinente o uso do aparato conceitual do denominado Movimento por Justiça Ambiental como subsídio para a elaboração de algumas considerações acerca dos impactos da construção de grandes barragens e das lutas simbólicas vinculadas à esse processo.

De acordo com ACSELRAD (2002), sob essa perspectiva não existe modo de separar os problemas ambientais da forma com que é distribuído o poder nas sociedades. Essa distribuição injusta por sua vez, não envolve somente recursos materiais, mas também recursos políticos e simbólicos, colocando a injustiça ambiental sob a determinação de diversas formas de opressão como classe, raça e gênero. Dessa forma, a atuação dos movimentos por justiça ambiental tem papel decisivo na representação das comunidades locais.

Para ACSELRAD (2000), movimentos desse tipo podem através de suas ações, denunciar o caráter extremamente desigual das condições de acesso à qualidade ambiental e colocam-se claramente como uma alternativa ao paradigma da “modernização ecológica”. Acselrad examina o modo como os atores sociais envolvidos nos movimentos por justiça ambiental constroem seu discurso de forma a contestar ao mesmo tempo as teorias da “sociedade de risco” e da “modernização ecológica”, travando um embate ideológico que busca legitimar a noção de que existe uma estreita correlação entre os problemas ambientais e a dinâmica de acumulação capitalista, e que as referidas teorias perdem seu poder explicativo e mobilizador diante desse fato.

Assim, este autor recorre às construções teóricas do sociólogo francês Pierre Bourdieu para analisar as ações dos movimentos sociais sob a perspectiva objetivista/subjetivista da ação social. No momento objetivista, as ações se

concretizam em função das posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura objetiva de poder, encarnada tanto nas instituições materiais quanto simbólicas. Já no momento subjetivista, as ações são guiadas em torno das representações que os indivíduos fazem do mundo concreto e que por sua vez contribuem para modificá-lo. Diante do exposto, consideramos válido como objeto de estudo as representações em torno do mundo material e simbólico que orientam as práticas discursivas do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Sob a perspectiva da Justiça Ambiental apresentada por ACSELRAD (2002) as estratégias discursivas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) enquadram-se no que o autor denomina de momento subjetivo da ação coletiva, onde os significados ancorados nas representações que os próprios atingidos constroem em seu cotidiano, servem para sensibilizar, construir uma identidade coletiva e mobilizar seus militantes em defesa de seus direitos. Em outro sentido, as práticas discursivas do movimento constituem um eficaz meio de denúncia dos impactos da construção de barragens para os demais setores da sociedade onde está inserida a luta em defesa da biodiversidade e da qualidade ambiental.

Esses fatores podem influenciar a opinião pública e contribuir para a formação de uma estrutura de oportunidades políticas em nível local e global. Isso sugere que movimentos sociais que tenham estruturas de elaboração simbólica eficazes podem tornar-se capazes de usar a vivência popular como elemento de mobilização, contestando de forma efetiva os projetos de barragens propostos por empresas privadas que ameaçam os meios de vida e a cultura das comunidades.

5.3 “Águas para a vida, não para a morte” – um paratexto e seus sentidos



Figura 1 – recorte de material impresso I

Sob a perspectiva da Análise de Discurso, o enunciado “Águas para a Vida, Não para a Morte”, utilizado pelo MAB nas duas campanhas analisadas e nos demais materiais impressos de divulgação, encerra significados que remetem à uma percepção do ente “água” ancorada no cotidiano e na relação sócio-histórica estabelecida entre as comunidades atingidas e os recursos naturais, isso tudo colocado dentro de um apelo sensibilizador, pois destaca a oposição vida/morte associada à imagem de um homem sacrificado por uma torre de eletricidade.

Dentre todos os recursos, a água pode ser considerada dos mais importantes para manutenção das atividades humanas. Esta dependência ao interagir com a cultura através dos anos, leva a elaboração de significados objetivos e simbólicos. Os agricultores organizam sua produção ajustada pelo acesso à água, ou em casos extremos, pela ausência dela. A proximidade com as fontes de água é decisiva para a geografia das propriedades, na localização das casas e das lavouras. De outro modo, a idéia religiosa de que a água possui uma origem divina (dádiva de Deus) faz com que determinadas comunidades não intervenham na disponibilidade da água. Assim, a água recebida como benção não recebe restrições à sua circulação e distribuição, pois a interrupção desse circuito da dádiva significa obstruir um ciclo de harmonia entre os homens, mas, sobretudo entre os homens e Deus.

Assim, quando a estratégia do enunciado reivindica “Águas Para a Vida”, procura sensibilizar para a problemática daquelas comunidades em que a água se faz fonte de vida, de alimentos, de saúde, enfim é fator decisivo para que os

indivíduos desenvolvam seus projetos de vida e essas comunidades mantenham uma relação estabelecida com o meio natural através de anos de vivência. A iminente ameaça de perda do acesso ao recurso pode criar a identidade de grupo necessária, onde a luta “...Para a Vida” representa um chamamento à manutenção da sua qualidade de vida e das suas relações objetivas e subjetivas com determinados locais e pessoas.

Em outro sentido, quando o enunciado diz “...Não para a Morte”, remete aos impactos causados pelo alagamento de extensas áreas detentoras da biodiversidade local e regional. Aliás, é recorrente no discurso do MAB, a defesa da biodiversidade e demais atributos necessários à conservação do ambiente natural.

Pode-se, porém afirmar que essa temática é relativamente recente na pauta dos movimentos sociais rurais, tendo como marco de sua incorporação a Eco-92. VIOLA (1992), reconhece que a questão da justiça social e do desenvolvimento econômico foram representativos do ambientalismo do terceiro mundo e ganharam destaque numa segunda etapa de constituição do movimento, já que, em sua fase inicial as associações ambientalistas mantiveram um discurso ecológico distante da questão social e das demandas populares.

Sendo assim, quando o discurso volta-se para a denúncia da situação dramática de aniquilação dos recursos naturais causada pelas barragens, visa com isso, que o movimento crie possibilidades de estabelecer relações de reciprocidade e legitimação frente à sociedade urbana e demais movimentos sociais envolvidos na questão ambiental. No meio rural, prevalece o discurso que caracteriza a luta como uma batalha em torno de prováveis perdas culturais e do meio de vida. No meio urbano, utiliza-se a denúncia do processo de alagamento de maneira dramática, representando uma ameaça à biodiversidade.

Quando nos detemos genericamente na análise do enunciado “Águas para Vida, Não Para a Morte”, vislumbramos em sua essência um discurso opositor da lógica capitalista do progresso na gestão dos recursos naturais, onde os significados construídos pelas comunidades atingidas durante seu processo de reprodução social, servem não apenas para perceber e classificar a realidade, mas intervir ativamente nela e transformá-la. Como afirma LEFF (2002), é necessário a ressignificação da natureza, abstraindo-a da lógica produtivista que a determina como um recurso disponível ao crescimento ilimitado. Nesse processo, a autodeterminação e organização de agricultores, técnicos e consumidores, através

dos movimentos sociais, que reivindicam essa nova racionalidade produtiva e uma sociedade justa, são as principais estratégias contra-hegemônicas dentro do campo ambiental

5.4 Representações e Interdiscurso

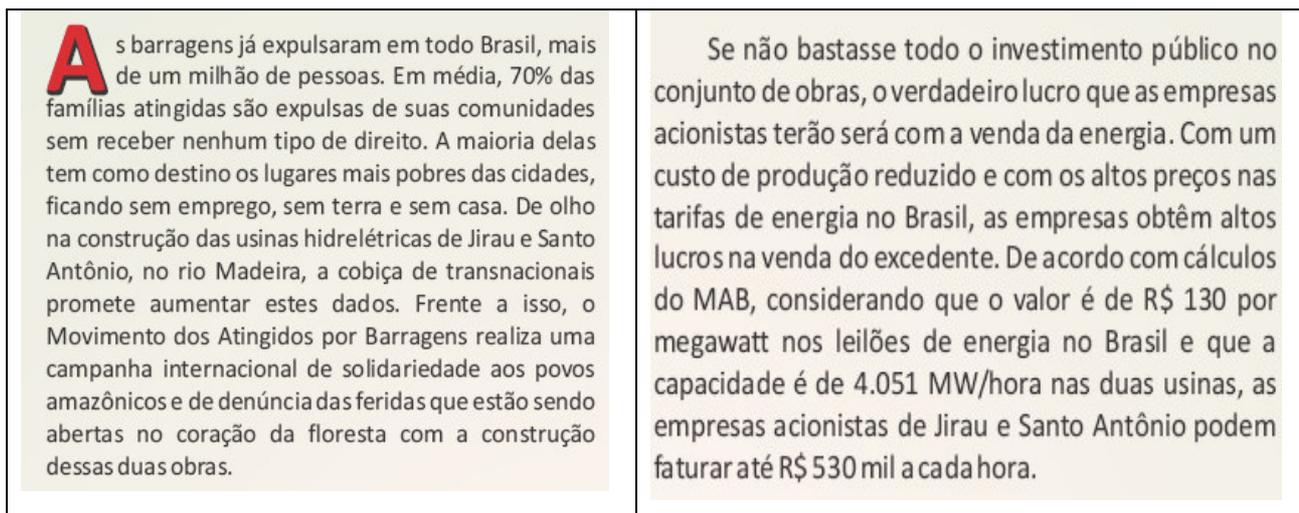


Figura 2 – Recorte de material impresso II

Em um campo social, dominantes e dominados utilizam-se das estratégias discursivas na busca da legitimação de uma determinada visão de mundo, ou a sua subversão, o que necessariamente importa em colocar o discurso à disposição da sociedade, a fim de que este seja apreciado, ou “consumido” como ensina BOURDIEU (1989).

Na busca da legitimação social das demandas do movimento, o discurso das campanhas analisadas, busca denunciar para outros setores sociais, os impactos dos projetos de construção das barragens nas comunidades atingidas, e nos recursos naturais com os quais estas comunidades mantêm seu modo de vida. Assim, a produção discursiva ultrapassa o limite das comunidades atingidas, e busca convencer a sociedade em geral da legitimidade da luta. Para isso, são colocados em um mesmo plano discursivo, o mítico e o científico, o global e o local, compondo aquilo que é denominado de interdiscurso.

Um exemplo do uso dessa estratégia, aparece no folder da campanha em defesa do rio Madeira, onde são apresentados alguns dados científicos, acompanhados de cálculos dos custos e lucros relacionados ao projeto de construção do Complexo do rio Madeira. Ao mesmo tempo, quando o discurso volta-

se para a denúncia, fala em “feridas no coração da Amazônia”, recorrendo à metáfora da natureza como um ser vivo, que merece ser preservado da ação gananciosa do homem, nesse caso, transfigurado na imagem das corporações do setor hidrelétrico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vi que não há Natureza,
Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies,
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras,
Mas que não há um todo a que isso pertença,
Que um conjunto real e verdadeiro
É uma doença das nossas idéias.
Fernando Pessoa

Primeiramente, acreditamos que um trabalho deste gênero indica que as conclusões prosseguirão por um longo tempo, e, portanto, se colocadas em uma página, irão refletir um certo momento de reflexão, este necessário para fechar um estudo, mas não suficiente para encerrar muitas das nossas interrogações.

Como proposta metodológica, podemos afirmar que o recurso do campo ambiental mostrou-se profícuo para a análise empreendida, pois acreditamos que tivemos a oportunidade de visualizar alguns de seus elementos constitutivos, sejam elas: a assimetria de poder observada entre os agentes, a luta simbólica em torno das questões relacionadas ao uso do ambiente e a ressignificação como objeto de distinção, de forma que corroboramos aquilo que os autores que nos dispomos a embasar o estudo colocam a respeito do campo ambiental.

Da mesma forma, pensamos que as representações atribuídas à natureza no discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens, são ancoradas na realidade objetiva das populações envolvidas, o que proporciona a legitimação da luta frente a sociedade, uma vez que os signos que permeiam este discurso são de ampla circulação midiática, nesse caso as representações de uma natureza mítica e sagrada. Em outro sentido, a noção de campo ambiental e o aparato teórico da Análise de Discurso nos levam a concluir que quando se fala em natureza, mais importante que atentarmos para o que está sendo dito, é observar quem está falando, e mais, de onde está falando.

Não podemos deixar de observar também, que fica evidente a necessidade de estudos posteriores mais abrangentes, que envolvam métodos de pesquisa participante, entrevistas e um recorte mais amplo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, H. (2002). Justiça Ambiental e Construção do Risco. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Minas Gerais.

ALMEIDA, M. G. (2008). Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia e nas práticas turísticas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 18, p.77. Editora UFPR. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/13425/9050>. Acessado em 15/02/2009.

BONNEWITZ, P. (2003). **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P. (1989). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, Cap. II, pp.17-58.

BRESSAN, D. (1996) **Gestão Racional da Natureza**. São Paulo: Hucitec. 111pgs.

CASTRO, F. P. M. (2002). **Natureza, Ciência e Retórica na Construção Social da Idéia de Ambiente**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 451pgs.

CAMPBELL, J.. (1990). **O Poder do Mito**. Joseph Campbell, com Bill Moyers ; org. por Betty Sue Flowers ; tradução de Carlos Felipe Moisés. -São Paulo: Palas Athena. 250pgs.

CARRIERI, A. de P.; SILVA, A. L; PIMENTEL, T. (2009) O Tema da Proteção Ambiental Incorporado nos Discursos Responsabilidade Social Corporativa. RAC, Curitiba, v. 13, n. 1, art. 1, p. 1-16, Jan./Mar. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arg_pdf/a_835.pdf. Acessado em 13/05/2009.

CARVALHO, M.. (1994). **O que é natureza**. 2ª ed. São Paulo : Brasiliense, 85pgs.

CHALITA, M.A.N. (2005) Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, pp. 97-113 .

CHASSOT, A (2004) **A Ciência Através dos Tempos**. 2ª ed. São Paulo:Moderna (coleção polêmica) 280pgs.

COUTO, H. H.. A Ecologia Profunda. Disponível em: <http://www.unb.br/il/liv/ecoling/ecocritica.htm>. Acesso em 20/03/09

CRESPI, F & FORNARI, FABRIZIO. (2000) **Introdução à Sociologia do Conhecimento**. Trad. Antônio Angonese. Bauru, SP: EDUSC. 229 pgs.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. (1994). 4ª ed. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Ed. Perspectiva, 179 pgs.

FROELICH, J. M.. (2002) **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: UFRRJ. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

FUKS, M. (1998) Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, pp. 35-53.**

GERHARDT, C.H.; ALMEIDA, J.A. (2005). Dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade – Vol.VIII n.º.2 jul./dez.** Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28605.pdf>.

Acessado em 30/06/2007.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (1992) Agroecología: Bases Teóricas para uma Historia Agraria Alternativa. In: **Agroecologia y Desarrollo, Revista CLADES, n.º especial.** <http://www.clades.org/r4-3.htm>. acessado em 03/07/2007

HANNIGAN, J. (1995). **Environmental Sociology. A social constructionist perspective**. Londres, Routledge.

HERCULANO, S.C. (2000). Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais, ano I, n.º 1**, UFF/PGCA-Riocor, pp. 45 – 55. Disponível: <http://theomai.unq.edu.ar/art%20SeleneHerculano%2002.htm> acessado em 18/05/2007.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed da FURB, 2000.

_____. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez. pgs 21-57.

LENOBLE, R. (1990). **História da Idéia de Natureza**. Lisboa: Ed. 70.

LIMA, G.F. da C. (2005) **Formação e Dinâmica do Campo da Educação Ambiental no Brasil: Emergência, Identidades, Desafios**. Campinas: Unicamp. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) 2007 pgs. www.unicamp.br/teses acessado em 05/06/2006.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. (1995) Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972- 92). **Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 137-53.**

MAINGUENEAU, Dominique. (2000) **Análise de Textos de Comunicação**; trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez. 238p.

MEDEIROS, M.G.L. (2002) Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciência & Educação, v.8, nº1, p.71 – 82.**

MERLEAU-PONTY, M. (2000) **A Natureza**. Notas/curso no Collège de France. Texto estabelecido e anotado por Dominique Séglerd, tradução Álvaro Cabral - São Paulo : Martins Fontes – (Tópicos).

MORA, M. (2002) La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici. **Athenea Digital, n.2.** Disponível <http://www.comunitic.net/athenea/index.php/atheneaDigitalTest/article/view/55/55>.

Acesso em 25/06/2008.

MOREIRA, R. J. (2007). Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A Utopia da sustentabilidade. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia...**Anais**. Disponível:http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT23%20Sociedade%20e%20Ambiente/Microsoft%20Word%20%20SBS_GT_SA_Moreira_RJ_Cultura_Territ_A_Utopia_da_sustentab..pdf. Acesso em 13/06/2008.

OLIVEIRA, S.M.M.C. (2004) Conflitos ambientais e lutas simbólicas. **In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Anais...**<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>. Acessado em 23/08/2006.

OLIVEIRA, F., WERBA, G. (1998) Representações sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis (RJ): Vozes. pp. 104-117.

ORLANDI, E. P. (2005). **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6ª ed. Campinas: Pontes, 99pgs.

ORTIZ, R. (org.). (1983). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática.

PÊCHEUX, M. (1988). **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp.

- PECHULA, M. R. (2002) Os signos mítico-sagrados na divulgação científica dos meios de comunicação de massa. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador/BA. **Anais...** http://intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP15pechula.pdf. Acessado em 20/03/09
- PEPPER, D. (1997). **Modern environmentalism: an introduction**. London: Routledge.
- PEREIRA, C. C. **O discurso Ambiental como “Marketing verde”: Um passeio pelo o que é lido e visto nas mídias**. (2008). UFSM: Especialização em Educação Ambiental (Monografia). 50pgs.
- RIBEIRO, G. L. & BARROS, F. L. de. A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade na Contemporaneidade. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie171empdf.pdf>. Acessado em 13/04/2009.
- ROTHMAN, F.D. (1996) A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai, 1979-1983. In: Navarro, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, p. 106-136.
- SANTOS, M R. (2003) As mulheres e a construção de barragens. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais**. CD-Rom.
- SCHERER-WARREN, I. (1996) **Redes de Movimentos Sociais no Campo**. 2.^a ed. São Paulo: Edições Loyola.
- SILVA, J A. F. Natureza, ecologia e meio ambiente: Uma reflexão sobre o impacto da “descoberta” da ecologia. (2002) **Sociedade e Cultura**, v. 5, Nº. 2, pgs. 147-152.
- TRINDADE SANTOS, J.G. (1999). *A natureza e a lei: reflexos de uma polémica em três textos da Grécia clássica*. In: Jabouille (Ed.) Estudos sobre Antígona. Lisboa: Editorial Inquérito.
- VIOLA, Eduardo J. (1987) O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ IUPERJ,. p. 63-109.

8. ANEXOS

ANEXO I

MAB lança campanha em defesa da Amazônia e das comunidades atingidas pelo Complexo Madeira



Fonte: http://www.mabnacional.org.br/menu/rio_madeira.html

Imagem de Mobilização



Fonte: http://www.mabnacional.org.br/menu/rio_madeira.html

ANEXO II

Panfleto da Campanha do Rio Madeira



Quem são as empresas que querem ganhar o leilão?

Os grandes interessados pelos projetos hidroelétricos no Rio Madeira são as multinacionais e os bancos (veja sua maioria dentro do Brasil). Conheça alguns:

Companhia Saneamento S.A. (CSA)	BR Fiação (Brasil)	Comunidade
Alcoa Brasileira (Albrasil)	CTCO (China)	
ALCOA Alumínio (Alumina)	Mineração (Brasil)	
Alcoa Group (USA)	Alumínio (Brasil)	
Alcoa Saneamento (Brasil)	Mineração (Brasil)	
Alcoa Brasileira (Albrasil)	Comunidade (Brasil)	

O péssimo exemplo na Barragem de Samuel

Vinte e quatro anos depois do projeto, a Barragem de Samuel continua sem resolver os problemas das famílias que foram atingidas. Veja os principais problemas:

- ➔ Aquecimento das ruínas das barragens do lago;
- ➔ Desaparecimento da maior parte das espécies de peixes;
- ➔ 500 quilômetros quadrados de área alagada;
- ➔ Abandono das famílias atingidas são proibidas de utilizar o lago;
- ➔ Mais de 1.000 famílias atingidas continuam lutando para recuperar os direitos trabalhistas, moradia, emprego, saúde e energia elétrica, etc. (1)

Garantia do emprego, ou desemprego?

A promessa é que as 4 barragens vão gerar em torno de 23.000 empregos. Porém, é sabido que grande parte dessas vagas já estão no papel, ou seja, não vão ocorrer, pois nada para o povo do rio. E quando se misturam as barragens, resta no máximo 1.000 empregos permanentes.

Estimada, portanto, que mais de 80.000 pessoas vão precisar ser realocadas para Porto Velho e região, via exigência de transferência de emprego. Ainda devemos somar as famílias deslocadas por 5.000 famílias atingidas que moram em mais de 50 povoados ao longo do Rio Madeira.

Quem somos e o que defendemos:

Somos atingidos e atingidos por barragens (gestiões, elétricas, agrícolas, etc), organizados no **MAB, Movimento das Atingidos por Barragens**.

No Brasil, de cerca de 10 famílias atingidas, 07 foram expulsas sem qualquer direito. Agendamos na data de amanhã não o que se faz mas entregar nossa água e nossa energia em condições de desenvolvimento.

Defendemos que qualquer investimento deve estar a serviço do povo brasileiro, em especial aos mais pobres, para melhorar a vida das famílias em áreas rurais e urbanizadas. Entendemos que o dinheiro do povo deve ser investido no povo. Por isso, os 40 bilhões de reais deverão ser investi-

dos em Roraima, mas não desta forma, onde o dinheiro irá para fora ou irá para as empresas. Estes recursos devem ser gastos em investimentos na construção de hospitais, postos de saúde, escolas, universidades, moradias populares, assentamentos, programas de geração de trabalho e renda, investimentos em lazer, cultura, etc. Enfim, defendemos o interesse do povo brasileiro.

Além destes direitos, defendemos que se reduza o preço da energia elétrica, pois atual mente o preço da luz é um absurdo. A água e energia não são mercadorias. Água e energia é patrimônio do povo e deve estar sob o controle popular.

Por favor, seja amigo e amigo, convidamos você a participar desta luta, vamos levantar morde e medo do Rio Madeira.
Participe das ATOS CONTRA O LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO DO RIO MADEIRA

Mais informações:

Movimento das Atingidos por Barragens
mab@mabnacional.org.br
www.mabnacional.org.br

Levante contra a venda do Rio Madeira



Hidrelétricas no Rio Madeira: Energia para quem? E para quem?

Para as grandes empresas:
A privatização do Rio Madeira + 40 bilhões de reais de dinheiro público + bilhões de reais com a venda de energia elétrica 30 anos.

Para o povo:
Lutará a custo para pagar os problemas causados em consequência das hidrelétricas.



Direito!
**ÁGUA PARA VIDA
NÃO PARA MORTE!**

1) A Democracia - Rio de Janeiro - Anísio de Faria - FICOM - International Rivers - Ação Soc. Madre Cristina - FASE - CHASC - PMS - COAGB - Porto Velho - S.A. - Rede Social - PCBOMADE - Solina - AFDIME - União S e Amigos